

Mídia *e* violência urbana no Brasil

CARLOS NEPOMUCENO ≈ JOSÉ CARLOS ROCHA
ORLANDO JOSÉ FERREIRA GUILHON ≈ SEBASTIÃO SANTOS



Organização
das Nações Unidas
para a Educação,
a Ciência e a Cultura

Representação
da UNESCO
no Brasil



Mídia e violência urbana no Brasil

CARLOS NEPOMUCENO = JOSÉ CARLOS ROCHA
ORLANDO JOSÉ FERREIRA GUILHON = TIAO SANTOS



Organização
das Américas Unidas
para a Educação,
a Ciência e a Cultura

Representação
do OEA/OCU
no Brasil



WIAJCO

Mídia e violência urbana no Brasil



Brasília, dezembro de 2007

Representação da UNESCO no Brasil

Vincent Defourny

Representante

Célio da Cunha

Coordenador Editorial

Maria Inês Bastos

Coordenadora de Comunicação e Informação

Adauro Cândido Soares

Oficial de Projetos

Viva Rio

Rubem Cesar Fernandes

Diretor Executivo

Os autores são responsáveis pela escolha e apresentação dos fatos contidos neste livro, bem como pelas opiniões nele expressas, que não são necessariamente as da UNESCO, nem comprometem a Organização. As indicações de nomes e a apresentação do material ao longo deste livro não implicam a manifestação de qualquer opinião por parte da UNESCO a respeito da condição jurídica de qualquer país, território, cidade, região ou de suas autoridades, nem tampouco a delimitação de suas fronteiras ou limites.

©2008. Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO).

Revisão: Eveline de Assis e Leandro Bertoletti Jardim

Diagramação: Rodrigo Domingues

Projeto Gráfico e Capa: Edson Fogaça

Mídia e violência urbana no Brasil. – Brasília: UNESCO, Viva Rio, 2007.
92 p.

BR/2007/PI/H/19

1. Mídia--Violência—Áreas Urbanas—Brasil 2. Comunicação de
Massa--Violência—Áreas Urbanas—Brasil 3. Violência—Áreas
Urbanas--Mídia—Brasil I. UNESCO II. Viva Rio



Representação no Brasil

SAS, Quadra 5, Bloco H, Lote 6,
Ed.CNPq/IBICT/UNESCO, 9º andar
70070-914 - Brasília - DF - Brasil
Tel.: (55 61) 2106-3500
Fax: (55 61) 3322-4261
Site: www.unesco.org.br
E-mail: grupoeditorial@unesco.org.br



Viva Rio

Rua do Russel, 76 - Glória
Rio de Janeiro-RJ
CEP: 22210-010
Tel.: (0xx21) 2555-3750
e-mail: faleconosco@vivariorj.org.br

SUMÁRIO

Apresentação	7
Concepção do evento	11
Identidade, magia e poder da rádio comunitária <i>José Carlos Rocha</i>	15
Comunicação pública e violência urbana. <i>Orlando José Ferreira Guilbon</i>	37
A Internet, o rádio e a tevê comunitária: é possível rimar? <i>Carlos Nepomuceno</i>	63
Rádios e tevês comunitárias, “públicas” e populares – 20 anos de caminhada e agora? <i>Sebastião Santos</i>	77

APRESENTAÇÃO

MÍDIA E VIOLÊNCIA URBANA NO BRASIL: DIÁLOGO ENTRE PROFISSIONAIS DA MÍDIA INDEPENDENTE

A iniciativa de promover o diálogo entre profissionais da mídia independente e comunitária no Brasil atendeu à forte convicção da UNESCO de que esses veículos de comunicação têm papel crucial na promoção de atitudes de não-violência para a construção de uma cultura de paz em comunidades marcadas por altos índices de violência. A Constituição da UNESCO assinala que “assim como as guerras nascem na mente dos homens é na mente dos homens que devem ser construídos os caminhos da paz”. Esta assertiva constitui uma das bases da Declaração e Programa de Ação sobre uma Cultura de Paz das Nações Unidas (resolução A/53/243) de 1999, que reconhece que ações de apoio à mídia independente para a promoção da comunicação participativa e do livre fluxo de informação e conhecimento contribuem para a construção de uma cultura de paz.

A UNESCO considera que o princípio fundamental para a implantação de uma cultura de paz é a transformação do conflito em entendimento, por meio de um diálogo conducente à cooperação mútua para alcançar os objetivos de desenvolvimento integral, alicerçados no respeito aos direitos humanos e no exercício dos princípios democráticos. A construção de uma cultura de paz concentra-se principalmente na transformação da mente

e do comportamento humano e está relacionada ao aprendizado individual que se reflete na ação coletiva que, por sua vez, resgata o sentimento de pertencimento à comunidade como uma unidade orgânica.

É nesse contexto que a mídia independente e comunitária pode contribuir para o processo de não-violência ao dar voz aos membros da comunidade estimulando a expressão individual, a discussão e o entendimento com relação às decisões que afetam sua vida; promovendo a diversificação de conteúdos e o pluralismo de informação para refletir as opiniões e a identidade local. Isso estimula o diálogo entre cidadãos e o poder público, impulsiona a participação comunitária no processo decisório, contribuindo assim, para o fortalecimento da democracia e da boa governança.

No Brasil a mídia independente vem ocupando crescente espaço nas comunidades, principalmente as localizadas em grandes áreas urbanas. A expectativa é de que esses veículos de comunicação sejam capazes de uma penetração maior em pequenas comunidades por sua maior aderência social e, conseqüentemente, maior sensibilidade às questões de interesse comunitário.

Em setembro de 2007 a UNESCO e o Viva Rio promoveram na cidade do Rio de Janeiro o debate “Mídia e Violência Urbana no Brasil: Diálogo entre profissionais da mídia independente”. O evento estimulou a troca de opiniões entre 50 profissionais da mídia independente, comunitária e de outros segmentos, de várias partes do Brasil acerca do papel dessas mídias no combate à violência em áreas de conflito urbano.

Para nortear o debate, a UNESCO distribuiu com antecedência textos encomendados a especialistas em mídia independente sobre o modelo de radiodifusão nas emissoras comunitárias e nas públicas educativas; como a mídia aborda a questão da ética da

violência que afeta as comunidades; a dimensão tecnológica da mídia comunitária em relação às possibilidades de compartilhamento de informação, de produção da informação por integrantes do público e de composição de programação oferecidas pelas novas tecnologias de informação e comunicação. Esses textos estão reunidos nesta publicação, que também registra as principais reflexões suscitadas pelo debate, e que deverão nortear futuras ações da UNESCO como contribuição para a construção de uma cultura de paz no Brasil.

A UNESCO espera que esta publicação contribua para estimular o diálogo entre profissionais da mídia independente, para juntos identificarem formas criativas de combate à violência urbana e avançar nas formas de superá-la, por meio de ações que estimulem a ativa participação dos indivíduos na promoção de atitudes de não-violência, na defesa dos direitos humanos e no desenvolvimento da cidadania, trilhando assim os caminhos para uma cultura de paz nas comunidades.

Vincent Defourny

Representante da UNESCO no Brasil

CONCEPÇÃO DO EVENTO

I. APRESENTAÇÃO

A mídia independente ocupa hoje crescente espaço nas comunidades, principalmente nas localizadas em grandes áreas urbanas no Brasil. Em contraposição à grande mídia voltada para questões de amplitude nacional e programação mais afinada com interesses comerciais, existe a expectativa de que os veículos de comunicação independentes sejam capazes de uma penetração maior em pequenas comunidades por sua maior aderência social e, conseqüentemente, maior sensibilidade às questões de interesse comunitário.

O tema da violência urbana no Brasil é de interesse tanto nacional quanto comunitário, e atinge todos os cidadãos e cidadãs em diferentes graus, alimentando forte sentimento de insegurança nas populações. Enquanto se questiona o papel que a grande mídia tem desempenhado na cobertura da violência urbana no Brasil, a função da mídia independente neste processo tem sido pouco enfatizada. Talvez devido à proximidade com as comunidades, existam limitações a um envolvimento maior da mídia independente, principalmente nas áreas de mais intenso conflito urbano. Por outro lado, há quem espere maior eficácia das ações da mídia em áreas de conflito urbano exatamente por essa sua maior aderência.

UNESCO e Viva Rio unem-se para a realização de um debate sobre o papel da mídia independente face à violência urbana no Brasil, estimulando a troca de opiniões e experiências entre profissionais que atuam na mídia comunitária e em outros segmentos

de comunicação. O objetivo do debate é levantar pontos de reflexão para posterior aprofundamento e nortear futuras ações da UNESCO no Brasil em suas áreas de atuação. Para esse fim, alguns textos sobre aspectos do tema foram solicitados a jornalistas experientes e pesquisadores com a finalidade de suscitar o debate. As discussões serão sistematizadas em um texto síntese que será oportunamente divulgado aos participantes.

2. OS TEMAS DO DEBATE

O debate concentrou-se em torno de três temas. O modelo de radiodifusão - ou a falta dele - nas emissoras comunitárias e nas públicas educativas foi um deles. Esta discussão compreendeu, também, as questões de audiência e de relacionamento da programação com os interesses das comunidades próximas, as condições materiais, técnicas e de capacitação. Nesse contexto, foi objeto do debate como as comunidades vêem a questão da violência e como as emissoras comunitárias vêem seu papel - se é que teriam algum - no assunto.

O segundo tema voltou-se para como a mídia comunitária trata a questão ética da violência urbana propriamente dita. O objetivo foi tratar a questão em termos práticos, aprofundando o tema anterior sobre como a mídia comunitária aborda as questões de violência que afetam as comunidades. O debate centrou-se sobre a programação das emissoras comunitárias e a realidade da vida das populações atendidas, sendo que o ponto chave não foi constatar o descolamento dessa programação, ou as restrições sociais e políticas locais sobre as emissoras comunitárias, mas avançar nas formas de superá-las.

O enfoque do terceiro tema foi a dimensão tecnológica, explorando as possibilidades de compartilhamento de informação, de produção da informação por integrantes do público e de

composição de programação que são oferecidas pelas novas tecnologias de informação e comunicação. Um ponto examinado foi a possibilidade que o uso das TICs tem numa estratégia de criação de uma “rede de proteção” para emissoras em áreas de forte risco de conflito e violência. O debate explorou também vínculos entre o uso das TICs pelas emissoras comunitárias e os outros temas anteriores (“modelo” peculiar; custo “baixo” e potencial de sofisticação técnica; capacitação; atração para segmentos da comunidade – por ex. os mais jovens – etc.).

3. A DINÂMICA DO DEBATE

A reunião foi programada para um grupo de, no máximo, 50 pessoas, com o intuito de garantir a presença de participantes de várias regiões do Brasil. Os debates ocorreram no período de um dia, iniciando-se às 9h da manhã e encerrando-se às 17h30. O almoço foi oferecido no local do evento.

Foram quatro sessões introduzidas por textos previamente solicitados e enviados com antecedência aos participantes. A última sessão, antes do encerramento, permitiu a coleta das grandes conclusões e sugestões de temas para aprofundamento. Um relator foi encarregado de produzir o documento síntese com a sistematização dos debates, as conclusões e sugestões finais.

Os moderadores de cada sessão ordenaram os debates, garantindo o direito à palavra dentro do tempo disponível. Ao concluir a sessão, cada moderador dispôs da palavra por, no máximo, 10 minutos para apresentar sua organização dos principais argumentos e conclusões do debate. O expositor da última sessão – “Síntese e sugestões” – utilizou como insumo o trabalho realizado pelos moderadores de cada sessão precedente.

IDENTIDADE, MAGIA E PODER DA RÁDIO COMUNITÁRIA

JOSÉ CARLOS ROCHA¹

(Fórum Democracia na Comunicação)

I. A INVENÇÃO DA RÁDIO COMUNITÁRIA. O MODELO

I.1 O SURGIMENTO DA COMUNICAÇÃO COMUNITÁRIA

*As coisas boas do mundo, tu podes ter sem comprar,
o sol, a lua, as estrelas, as nuvens, as sombras, o mar.
O jardim cheio de flores e uma comunitária no ar.*

Paródia de Ingersoll usada nos anos 1989-1992.

Quando as rádios comunitárias se tornam importante realidade social, em 1995-1996, obrigando os poderes e as instituições a encará-las, o advento da internet já anuncia grandes mudanças – o início do colapso da indústria fonográfica (e do “jabá”), de amplas áreas da indústria radiofônica e da publicidade. Paralelamente, vão entrar em colapso diversas formas de pensar, sentir e agir nas relações cotidianas, em casa, no trabalho e nas ruas, na cultura e na política.

A comunicação comercial dos meios massivos – também chamada de comunicação social – começa a dar sinais de fraqueza com o surgimento, em toda parte, da comunicação comunitária,

1. Professor de ética na comunicação e presidente do Fórum Democracia na Comunicação.

tão diferente daquela como a água do vinho. Vem uma revolução. No modo comunitário, as pessoas não giram mais em torno da comunicação, agora é a comunicação que gira em torno das pessoas.

De fato, há pelo menos 7 mil anos, a palavra comunicar tem, sobretudo, o significado de mandar, comandar, liderar, sensacionalizar, mobilizar, orientar, discriminar, vigiar e denunciar. Essas emoções são a marca do sistema dos meios de comunicação de massa, que se inicia com a invenção do livro na Europa, há 500 anos¹. Como é feita a comunicação massiva ainda predominante dos livros, jornais, revistas, rádio, cinema, televisão e computador? Uma pessoa ou poucas pessoas criam uma obra de comunicação e a distribuem, por intermédio dos veículos, às populações dos territórios. É a comunicação do poder, que exerce seus comandos por meio de intermediários – os comunicadores, os emissores, espalhadores de notícias, histórias, exemplos e orientações para os receptores da massa, de emissor para receptores em todas as áreas, na política, religião, cultura e economia.

A rádio comunitária e a internet invertem a direção e os papéis ao dispensar intermediários. A comunicação deixa de ser massiva e torna-se interativa. Na interatividade, emissores e receptores fazem, juntos, a obra de comunicação, que deixa de ser um objeto de consumo e se torna o entendimento obtido, na seleção autônoma de sintonias entre os participantes do processo, por cima das diferenças.

Na internet, a interatividade é virtual e privada. Na radiodifusão comunitária, a interatividade mostra-se real e pública, pois as situações são concretas, atuais e vivas, os fatos e as pessoas são conhecidos, os interesses são de todos.

As emoções da comunicação, agora, são as de *aceitar*, compreender, colaborar, compartilhar, inventar juntos soluções para os

2. LUHMANN, N. *La realidad de los medios masivos*. Barcelona, [s.n.], 2002

problemas, em práticas contínuas de solidariedade e criatividade social. O indivíduo anônimo, cidadão anêmico, massivo e frágil torna-se cidadão saudável, o “um” transfigura-se no “nós”, os excluídos livram-se da massificação e constroem uma comunidade real, fazem sua própria comunicação, pois têm um veículo que podem chamar de seu.

Os governos, as universidades, os políticos, em geral, não entendem o que se passa, não compreendem a novidade, mas, às vezes incultos, os praticantes sabem o que fazem. Nessa perspectiva, o jornalista João Wainer destaca este sentimento: “Não sou comunitário, sou revolucionário” (Folha de São Paulo, 2007).

1.2. A CRIAÇÃO DA RÁDIOCOMUNIDADE

*As rádios comunitárias são legalistas,
pacifistas e de cunho social.
Senha no movimento, anos 1993-1995.*

É nesse momento que a lei da rádio comunitária traz uma combinação de tecnologia eletrônica de FM (frequência modulada) com invenção jurídica e política para apresentar o modelo inovador de radiodifusão comunitária.

Concretizando promessas da Constituição Federal para a cidadania, e formatada por lei especial de orientação republicana, a rádio comunitária brasileira é apresentada com uma carteira de identidade diferente, diante da realidade cultural, que, para aprendê-la, a sociedade precisa desaprender alguma coisa.

Como afastar os padrões conflituosos da comunicação massiva, que estão dentro das cabeças, e substituí-los pelos sensíveis padrões comunitários? Porém é preciso encarar o modelo, digeri-lo, para entender como as coisas funcionam.

A Lei nº 9.612, de 1988, que institui o serviço de radiodifusão comunitária, tem uma engenharia tão caprichosa que pode esconder, talvez, segundas intenções. Esquemáticamente, traz três estatutos distintos para as rádios:

- a) o estatuto do veículo – é rigoroso, porém, promete, mas não cumpre o principal;
- b) o estatuto do conteúdo – com uma ética legalizada, obrigatória, não-facultativa; e
- c) o estatuto da comunidade – com a grande novidade dos direitos dos ouvintes.

O estatuto do veículo fixa as condições técnicas de funcionamento do primeiro meio da modalidade, a pequena rádio, e inclui, entre as competências do Poder Público, uma obrigação nova, importante para o novo tipo de radiodifusão.

Compete ao Poder concedente estimular o desenvolvimento do Serviço de Radiodifusão Comunitária em todo o território nacional, podendo, para tanto, elaborar Manual de Legislação, Conhecimentos e Ética para uso das rádios comunitárias e organizar cursos de treinamento, destinados aos interessados na operação de emissoras comunitárias, visando ao seu aprimoramento e à melhoria na execução do serviço (art. 20 da Lei nº 9.612/98, que instituiu o Serviço de Radiodifusão Comunitária).

Dez anos passaram-se e até agora nada de cursos de treinamento, embora a nova mídia seja inviável sem a competente capacitação.

Pelo estatuto do veículo, pode haver apenas rádio em cada vila, bairro ou pequena cidade. A potência é baixíssima, de 25 watts (15 mil vezes menor do que a da grande rádio comercial),

para uma área de abrangência de mil metros de raio, ou seja, semelhante à do canto de um galo. As antenas comunitárias ficam em uma única frequência de FM e a 4 mil metros uma da outra, de modo que uma “invade” a outra quando aumenta a potência, o que torna o sistema “auto-regulável”. Estimam-se possíveis, hoje, 22 mil rádios nessas condições, das quais 3 mil já foram autorizadas. Para duas rádios em cada vila, seriam necessárias duas frequências, enquanto o aumento da potência reduziria o número de rádios.

O estatuto do conteúdo cria, para o público, direitos novos, pois não existem em outras mídias, ao fixar regras e temas obrigatórios para a programação.

- “As programações opinativa e informativa observarão os princípios da pluralidade de opinião e de versão simultâneas em matérias polêmicas, divulgando, sempre as diferentes interpretações relativas aos fatos noticiados” (§ 2º, art. 4º, Lei nº 9.612/98).
- “É vedado o proselitismo de qualquer natureza” (§ 1º, art. 4º, Lei nº 9.612/98) – o que significa proibir o favorecimento de pessoas, idéias, crenças, instituições.
- “Qualquer cidadão da comunidade beneficiada terá direito a emitir opiniões [ao vivo] sobre quaisquer assuntos abordados na programação da emissora” (§ 3º, art. 4º, Lei nº 9.612/98).
- “As emissoras do Serviço de Radiodifusão Comunitária assegurarão, em sua programação, espaço para divulgação de planos e realizações de entidades ligadas, por suas finalidades, ao desenvolvimento da comunidade” (art. 15, Lei nº 9.612/98).

O estatuto da comunidade é o mais longo, com minuciosos e numerosos detalhes para colar a programação da emissora à vida

da comunidade, estabelecendo direitos da comunidade em relação à emissora e sua programação.

A rádio comunitária não pode pertencer a uma pessoa ou a uma empresa. Ela é autorizada a uma associação civil sem fins lucrativos. Não pode, sequer, ter apoio comercial, por meio de anúncios. Só o chamado apoio cultural, institucional, de estabelecimentos situados a um quilômetro de distância da antena.

A lei estabelece que a entidade cultural comunitária responsável pela rádio deve provar o apoio da comunidade para poder ganhar a autorização e criar um Conselho Comunitário, independente, formado por representantes de entidades comunitárias para acompanhar a programação e emitir um relatório anual.

A identidade, modelo e vocação da emissora comunitária estão explicitados.

O Serviço de Radiodifusão Comunitária tem por finalidade o atendimento à comunidade beneficiada, com vistas a: I – dar oportunidade à difusão de idéias, elementos de cultura, tradições e hábitos sociais da comunidade; II – oferecer mecanismos à formação e integração da comunidade (...); III – prestar serviços de utilidade pública; (...) V – permitir a capacitação dos cidadãos no exercício do direito de expressão da forma mais acessível possível (Lei nº 9.612/98).

Enfim, a lei procura assegurar a autonomia e independência da emissora, proibindo qualquer vínculo que a submeta a entidades comerciais, políticas, religiosas, administrativas, ou a qualquer outro poder de qualquer natureza (cf. art. 11 da Lei nº 9.612/98).

Com os três estatutos, a legislação revela a identidade e o modelo único da modalidade. Sua programação não é “livre”. Não se trata de rádio livre. Ao contrário, a pauta da emissora tem de estar acoplada à pauta da comunidade.

1.3 FUNÇÕES EXPLÍCITAS DEFINEM O MODELO

O modelo resulta dos mandamentos constitucionais para uma sociedade justa e solidária, e de anos de discussão no Congresso e áreas da comunicação. Em resumo, de acordo com as regras desse modelo, o resultado é o seguinte.

A rádio comunitária é interativa. Sua interatividade ocorre desde entre locutores e ouvintes até o pleno acoplamento da grade de programação com a pauta do desejo e aspirações do povo do lugar. Se a programação se descola da vida comunitária, abandonando a interatividade, a rádio deixa de ser comunitária.

Apesar de ser privada, confiada a uma entidade civil sem fins lucrativos, a rádio comunitária é formatada de modo a trabalhar pela comunidade em tempo integral e com dedicação exclusiva. Por isso cabe aos estabelecimentos locais financiar os equipamentos, a manutenção e o crescimento de suas atividades.

Com base na interatividade, os programas e programações da rádio comunitária criam um processo contínuo, aberto e plural, ao vivo, de comunicação pública interativa, a serviço da resolução dos problemas locais e da emancipação. A sua comunicação é a sucessão de sentidos criados por esse processo.

2. O MODELO E A REALIDADE REAL

2.1. “OU TRABALHA DE GRAÇA, OU SAI DO CAMINHO”

As reações são cruas e perversas. Quando se tornam rádios autorizadas, as comunitárias sofrem pressões culturais que lhes apresentam um dilema: ou trabalhar de graça para os de cima, em nome de “ética” comunitária, ou fugir, tornando-se rádio

comercial, pequenina e ruim, na expressão do professor Luciano Júnior. Nesse segundo caminho, muitos tentam fazer sucesso comercial no mercado massivo. Mas isso é ilegal e o Ministério Público está próximo.

Trabalhar de graça não dispensa de pagar taxas da Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel), do Escritório Central de Arrecadação e Distribuição (Ecad), e da prefeitura, além da contribuição compulsória sindical, sob pena de execução. E tem que irradiar, também de graça, o horário eleitoral gratuito, pelo qual ganham as comerciais, além de outras programações oficiais quando há cadeia nacional. Quem se preocupa com as contas que a comunitária tem de pagar? Ninguém. Todavia, é certo que as rádios podem conseguir sua sustentabilidade com base na legislação. Não é fácil, mas é possível, como provam os mais atentos.

O principal problema da radiodifusão comunitária salta, então, aos olhos de todos – a crucial necessidade de capacitação, da qual ninguém cuida, os poderes instituídos porque não ligam, ao contrário, os radiodifusores, porque não podem.

Em sua maioria, as rádios são coordenadas por líderes que até conquistaram uma outorga. Padres, pastores, feirantes, assessores políticos, motoristas, radialistas, fotógrafos, cantores de repente têm uma rádio e, sem meios (conhecimentos e recursos) para trilhar seu caminho, terminam imitando em quase tudo as práticas das rádios comerciais. Assim, na ruína econômica, alguns chegam a vender a rádio ao prefeito, mas a essa altura quase ninguém vê mais nada.

2.2. ENTRE A CRUZ E BUCHADA DE BODE

Entre os que conseguem a autorização, quantos conhecem as letras do modelo, quantos compreendem o papel da comunicação no mundo da vida e o papel das comunitárias no mundo da comunicação? Do que são realmente capazes?

As rádios comunitárias são uma ponte para o mundo novo, mas boa parte dos autorizados continua sendo empurrada, de mãos atadas, para o precipício da ociosidade funcional ou do desvio de funções, sendo que esse último desvio as empurra para uma guerra local com as rádios comerciais.

E ainda por cima, “a culpa é deles. Usurpadores ignorantes!” Em repetidos encontros surgem propostas de soluções do tipo “eu te salvo acabando com você”, como a invenção de nomear comissões de agentes sociais – como nós – para gerenciar as rádios, ou revogar as autorizações e redistribuí-las a quem sabe fazer – como nós. A rádio comunitária é assim o animal ritualmente expiado, sacrificado para ser o prato especial dessa bucha-da de bode que parece deleitar, mês a mês, os viciados no jogo de pôr a culpa nas vítimas.

QUANTO ANTES MELHOR

A capacitação mostra, então, sua cara de problema social, pois se trata da necessidade gritante de inclusão de milhares de líderes e operadores e de milhões de ouvintes. As comunitárias podem fazer sua própria capacitação, mas isso é coisa para muitos anos, talvez mais de dez, correndo-se o risco de desvios mais graves causados inclusive por avanços tecnológicos imprevistos, desviando a sociedade da atenção devida ao bem comum. A capacitação virá mais cedo ou mais tarde, sendo que quanto antes melhor e, no fim das contas, bem mais barato.

A “pré-capacitação” feita nos últimos dez anos é diabólica. O poder de polícia do Estado “capacita” os radiodifusores usando o choque, apreendendo seus equipamentos, carimbando-os de criminosos federais. O filme é antigo. Mostra a mesma perseguição feita aos usuários dos tipos móveis de Gutenberg (século XVI, na Inglaterra), de máquinas de escrever (século XX, na União Soviética) e mimeógrafos estudantis (século XX, no Brasil).

2.3. É PRECISO, IMPERIOSO E URGENTE. CAPACITAÇÃO E GESTÃO

Capacitação para que a radiodifusão comunitária enfrente seus problemas financeiros, técnicos e funcionais, com soluções que só ela pode produzir, a partir de dentro. Para que se organize, faça a gestão participativa, realize seu programa e cumpra as funções sociais com dignidade também econômica.

Radiodifusores comunitários sustentam que o programa de capacitação – do qual depende a gestão participativa, deve incluir ao menos cinco tópicos.

1. Treinamento avançado em radiodifusão comunitária e radialismo comunitário – para o corpo dirigente e também para o corpo técnico.
2. Política realista de captação de recursos – com otimização das parcerias e convênios, e do apoio cultural, afinal mais vantajoso que o anúncio comercial.
3. Liderança comunicativa – para costurar os demais tipos de liderança em defesa e promoção da vida local.
4. Plenitude da comunicação interativa pública – por meio do completo acoplamento estrutural entre a pauta de programação da emissora e a pauta das vivências e dos interesses das audiências e da população.
5. Gestão participativa em dois patamares – o patamar da emissora e o patamar da comunidade. A participação dos agentes sociais locais e das audiências é indispensável para a concretização dos tópicos anteriores.

GESTÃO PARTICIPATIVA

É a gestão do RadCom. Uma rádio comunitária é antes de tudo um veículo de comunicação, ela não “produz” nem inventa comunicação, ela apenas veicula, é simples meio de irradiação de conteúdos, os quais, esses sim, são produzidos pela comunidade, que é, simultaneamente, a sua fonte e a sua destinatária.

Com a capacitação, o radialismo comunitário amplia a participação da comunidade na gestão do veículo e na gestão da comunicação irradiada. No primeiro caso, entendimentos e acordos contínuos entre os administradores da emissora e os agentes sociais são úteis para equipar adequadamente a rádio e para captar mais recursos e remunerar melhor os colaboradores. No segundo caso – o da comunicação propriamente dita, que é o que mais interessa à comunidade – aqueles entendimentos servem à orientação da emissora, à produção de conteúdos e ao exercício da liderança comunicativa pela comunidade e aos ajustes do acoplamento entre a grade de programação e ao desejo comunitário.

Excepcionalmente, e a pedido da coordenação da rádio, um conselho gestor, presidido pela emissora, pode cuidar também de outros aspectos da gestão participativa, como a ampliação da audiência e da receita financeira.

2.4. O MODELO E A REALIDADE REAL

Os trunfos e vantagens da radiodifusão comunitária lhe permitem encarar sua realidade “real”, que aparece no cenário inteiro, dando-se a volta toda, vendo-se mais do que a magia e poder que começam com a velocidade da radiofonia, a sonoridade, a força da palavra, a fala com o ouvinte, o desatamento de energias.

Hoje é possível estimar um quadro geral dos variados aspectos da situação das 3 mil rádios autorizadas, das quais 2.650 estão no ar, com audiência total calculada entre 17 milhões e 25 milhões de ouvintes, sendo que:

- 40% encontram-se em situação de sobrevivência, às vezes com auxílio de “bicos”;
- 30% são mantidas precariamente por associações religiosas solidárias;

- 30% estão em situação de penúria, recebendo até apoios culturais em espécie, como quilos de arroz e de feijão, ou mediante permutas, ou por outras formas;
- 10% “profissionalizaram-se” – segmentaram-se no sistema massivo;
- 5% são mantidas por amantes do rádio com ânimo de proprietário; e
- 5% estão fora do ar, por problemas técnicos de frequência e outros.

Das 40% que sobrevivem, uma pequena parte, talvez 5%, recebem recursos de prefeituras municipais ou de câmaras de vereadores, na forma ilegal de “ajuda”, “subvenção”, “auxílio” etc., de valor entre de R\$ 500 a R\$ 5 mil mensais.

Bom número opera com computadores e muitas são verdadeiros robôs radiofônicos computadorizados, sem interação com a comunidade.

No que diz respeito à qualidade, os números são expressivos. Quantas são as comunitárias de verdade? Se forem dez por cento, já está bom; hoje em dia, nenhuma instituição chega a tanto. Pior é a situação das comerciais, a FM na imitação, a AM sendo vendida de baciada; para não falar de outras fragilidades.

3. O CAMPO PROGRAMÁTICO DAS COMUNITÁRIAS

3.1. PRÁTICAS LUMINOSAS EM TODAS AS MÁQUINAS

A simples capacitação dos seus quase 12 mil dirigentes e técnicos principais poderá consolidar a virada histórica da comunicação para o trabalho social e a chance de revolucionar o aqui e agora, permanentemente, com os novos modelos, métodos e práticas para o radialismo.

Somadas as práticas das rádios autorizadas, verifica-se que todo modelo é cumprido, embora talvez não haja muitas rádios que, isoladamente, o cumpram por inteiro. São atividades notáveis, para todas as emissoras, as seguintes.

1. Oferta sistemática de notícias locais em primeiro lugar.
2. Abertura do microfone para todos os interessados, para a história da comunidade, romances locais, festas, karaokês, saraus e serenatas radiofônicas.
3. Instalação de uma rádio escola, dentro da estrutura da emissora, para uso contínuo de estudantes, professores, jovens, desempregados e outros.
4. Promoção e defesa do meio ambiente e da igualdade de direitos entre homens e mulheres (relações de gênero), sem a qual não há bom meio ambiente.
5. Oferta sistemática e geral do tradicional programa a hora do ouvinte, onde todos podem falar dos problemas locais e das ações do poder público.
6. Animação do calendário festivo da cidade e criação de dias, como dia do humor, dia da canção, etc., segundo os costumes e as necessidades.
7. Liderança comunicativa para unir os programas gerais de inclusão e para o enlace de lideranças, iniciativas e disposições de ação da população.
8. Oferta de cursos de interesse da população, por exemplo, os de inclusão digital, dança, música, artesanato, manicure, práticas comerciais e técnicos.
9. Utilização de agentes sociais diversos em grupos de trabalho para estudo e debate público (irradiado) sobre os problemas, soluções e oportunidades.

10. Oferta de horários para profissionais – advogados, médicos, mecânicos, esteticistas, farmacêuticos e outros – fazerem programas instrutivos.
11. Criação de dispositivos de comunicação entre a Câmara de Vereadores e a Prefeitura Municipal, e a população do município.
12. Defesa do consumidor – indicação de compras baratas de qualidade.
13. Defesa da comunidade – segurança, trabalho, produção.
14. Promoção da participação dos ouvintes nos projetos locais.
15. Ampliação das ações de solidariedade, que beneficiam pessoas isoladas, para programas que consistam em mapas de inclusão social.

3.2. O MODELO MIRA OUTRAS MÍDIAS. E AS EDUCATIVAS?

O modelo comunitário, portanto, tende a ser imitado, cada vez mais, pelas FMs comerciais e até por emissoras de televisão. Todavia, ao contrário das comunitárias, as rádios e tevês educativas, culturais, legislativas ou públicas, não estão sujeitas a regras claras que constituam um modelo. Há atribuição de um nome (“educativa”, por exemplo) e algo do tipo “não pode ter publicidade”. Isso configura apenas um esquema, não um modelo. Sua lei principal é de 1962, com a nova redação de 1967².

De seu lado, as emissoras comerciais têm um modelo prático, nascido há décadas, e crescido com a colaboração dos governos e

3. BRASIL. Decreto-Lei nº 236, de 28 de fevereiro de 1967, que dá nova redação à Lei nº 4.117, de 1962, e dispensa de edital de licitação a outorga de rádios e tevês educativas. Coletânea de Leis da República Federativa do Brasil. Brasília, 1967. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Decreto-Lei/Del0236.htm>.

de setores da população, pela prestação de serviços peculiares de empresa privada de comunicação. A plataforma, no entanto, parece esgotada e a maior parte, sem condição financeira.

Em junho de 2007, a Justiça Federal veta, em Goiás, a concessão de tevês educativas, por falta de licitação, assim como a renovação de concessões sem licitação, para que tudo fique de acordo com a Constituição Federal de 1988.

A notícia explode na mídia e o ministro das Comunicações afirma que é a favor da licitação, que a questão deve ser resolvida pelo Congresso e que, enquanto não vem uma lei, “o governo pode adotar, para novas concessões de rádio e tevê educativas, o critério usado para aprovação de rádios comunitárias”³.

O QUE PODE SER SEGUIDO

Para as rádios e tevês educativas, diz o ministro. Mas poderia ser, logicamente, para todos os veículos eletrônicos, com princípios e regras do modelo comunitário:

I - Os veículos eletrônicos devem servir ao público orientando-se por sua cultura, correntes de opinião e interesses públicos manifestos.

II - O acesso plural ao veículo, sem distinção ou restrição, mediante regras claras e eficazes, é princípio prioritário para as relações com a população.

III - A regra da pluralidade de versões simultâneas em matérias polêmicas é uma garantia de qualidade de programação para todo veículo eletrônico.

IV - O ouvinte e o telespectador têm o direito de usar o microfone e as câmaras para dar sua opinião, com urgência se foram citados, sobre questões de interesse público tratados pelo veículo.

4. MINISTRO Hélio Costa, *Folha de S.Paulo* de 4/6/07. p. A11.

A incorporação de tais regras pelas leis dos veículos eletrônicos justifica-se porque exploram um bem público (as ondas do ar), para um serviço público (radiodifusão), financiada por recursos públicos oriundos, inclusive, daqueles cinco meses de trabalho/ano dos contribuintes em geral. A sociedade quer ver extinta a violência urbana, mas isso não será possível com mídias tomando banho de ducha enquanto o mundo pega fogo. Até as mídias comerciais já mudam de postura.

3.3. EM SITUAÇÕES DE RISCO E VIOLÊNCIA URBANA

Uma rádio comunitária em funcionamento já é um amortecedor da violência e de impactos negativos da globalização, porque favorece e realiza integração social por meio de valores da identidade local. Além de práticas e linguagens que induzem à paz social, e que resultam automaticamente de sua natureza e da programação habitual, as rádios comunitárias desenvolvem trabalhos extraordinários de apoio aos jovens em situações de conflito. Já se tornou banal que a rádio comunitária tira jovens do tráfico e da violência. Já está provado que os conteúdos da rádio comunitária fazem dela uma casa da cultura da paz.

Todavia, em seu conjunto, as rádios comunitárias ainda têm bastante chão para avançar, fazendo uma parte maior em relação à violência urbana.

RÁDIO INTERATIVA DA JUVENTUDE

Toda emissora comunitária pode e deve montar uma rádio escola dentro da estrutura de sua programação. Essa rádio escola é um núcleo de irradiação das atividades da juventude, com programas diversos realizados pelos jovens, os quais já são esteios da atuação da emissora, como voluntários, programadores e locutores, e como membros de grupos de solidariedade, esportivos, artísticos, profissionais, cooperativos, cujas atividades confluem para a programação da emissora.

Programadores da rádio recebem jovens, acompanhados ou não de professores, e fazem com eles a rádio escola, auxiliando-os até a hora de cuidarem do programa sozinhos. Um programa será de reportagens, outro de entrevistas, outros de trabalhos escolares, problemas da comunidade, escolha profissional, de expressão e opinião, concursos e empregos, etc.

A partir do núcleo da rádio escola, a emissora pode ampliar a prestação de serviços, com variados tipos de cursos. Um dos espaços da rádio – a sala de reunião ou a tenda no quintal – é utilizado para local e horário onde jovens podem se encontrar, ouvir e tocar música (um violão ou um tambor), conversar, cantar, dançar. Pode nascer um Centro de Mídia Comunitária ou de Mídia da Juventude.

Pensar em um espaço assim já foi coisa incrível, mas algumas rádios têm imóvel e outras recebem terrenos e prédios, da prefeitura, para sede própria. Mais incrível é o país já ter 3 mil comunitárias autorizadas que são equipamento social com pouca serventia, por falta de capacitação não cumprida.

3.4. UM LAGO AZUL. O QUE MUDOU

Grande São Paulo. Em um bar aonde os companheiros vão à noite, a rádio comunitária Lago Azul – “é nossa, é de todos”, dizem – ainda funciona em julho de 2007. O microfone vem à mesa, pode-se dedicar a música. Outros cantam, entre um gole e outro, para a amada. No feriado, serenata radiofônica até altas horas.

Fruir o mel das vozes pelo céu aberto é natural como festejar um gol, fazer um doce na cozinha, ou como irradiar serenamente a livre comunicação, o coração irradiando sangue nas veias, pensando que todos podem fazer igual.

A Lago Azul é um pouco de ar fresco, antes do intervalo.

Pensar no que mudou. No princípio da saga, pedia-se a democratização dos meios de comunicação, para a informação circular. Hoje, são tantos os meios de comunicação, tanta é a enxurrada de informação, que o problema mudou um pouco de foco.

Fato novo interessante é essa outra estação de rádio – o telefone celular – que leva, sobre a rádio comunitária, a vantagem de enviar e receber mensagens ao mesmo tempo. São cem milhões de possuidores, para uso privado, diferente do uso público, das muito poucas comunitárias.

A televisão já oferece em torno de mil canais e a tecnologia digital vai multiplicar os canais de radiodifusão. Mais oito anos e, em 2015, haverá a disponibilidade de um canal de televisão para cada habitante do planeta, informa o professor Antônio Zuffo, chefe da eletrônica na Universidade de São Paulo.

A imprensa escrita vê as tiragens minguando, a plataforma da radiodifusão comercial esgota-se. Aqui, têm sustento a tevê da fé e a do governo.

A falta de comunicação transformadora, nas comunidades e entre elas, que já não são apenas gueto de excluídos, mas a totalidade dos humanos em cada lugar, aponta para o problema da qualidade do processo comunicativo, no qual o espírito e as energias do tempo investem pesado. Mutações comunitária mundial.

Resta uma pergunta. Quais serão os próximos agenciamentos do desejo. Até quando ficará a multidão conformada com a cestinha básica – a rádio comunitária –, que vem sempre com atraso, às vezes mais de uma década, hoje uma média de cinco anos para chegar depois que o destinatário se comunicou com o remetente – e que não inclui, nunca, o ingrediente principal, a capacitação?

A SEGUNDA REVOLUÇÃO

De qualquer maneira, o destino da rádio depende do radiodifusor, depende dele liderar a audiência mantendo a bola da comunicação circulando, sempre, sem nunca parar no chão. A sociedade parece entender que nenhum grande avanço pode ocorrer e que nada pode ser resolvido senão pelos próprios radiodifusores comunitários, mas quer ver a sua demonstração de competência para poder apoiar e fazer de cada rádio um equipamento social transformador. Milhares de casas da juventude, da promoção do trabalho e da evolução material e espiritual.

É chegada a hora da cobra de vidro⁴ depois de haver conquistado um lugar no dial, fazer sua segunda revolução, ocupando definitivamente, com resultados cada vez mais importantes, seu espaço de magia e de poder no plano social.

Nunca será, pois, demasiada a atenção que se der à arte e à engenharia da nova radiodifusão. De fato, a rádio comunitária inicia-se com a determinação da Constituição Federal de 1988, de que o espaço aéreo é parte do meio ambiente e de que o meio ambiente é bem de uso comum do povo (art. 225 da CF). Estão nessa linha as rádios comunitárias, com regras de pluralidade e acesso muito úteis também aos demais veículos eletrônicos que exploram o bem de uso comum da população.

5. Armando Coelho Neto referindo-se ao fenômeno de surgirem, então, duas ou três rádios novas para cada comunitária fechada pelo poder de polícia (COELHO NETO, A. *Rádio Comunitária não é crime*. São Paulo: Ed. Ícone, 2002).

4. CONVERSAS DO INTERVALO

4.1 SAGA DE MEIO MILHÃO DE BRASILEIROS

De 1989 a 2007, o primeiro ciclo da rádio livre e comunitária corresponde a um dia, uma jornada histórica de rápidos lances sucessivos. Antes do alvorecer lampejos no céu mostram buracos negros da comunicação. Às cinco e meia (ano de 1989), no primeiro encontro nacional de rádios livres em São Paulo, invenção da carioca Cláudia Verde e do paulista Fred Ghedini, a luz comunitária aponta na barra. O fogo sagrado vai bater forte. Liberdade. Igualdade. Às sete e meia (1994), o juiz determina: não é crime, não precisa de permissão de ninguém. Minutos depois (1995), a febre do desejo já tem dez mil rádios no país, ocupando terrenos baldios. Às oito e dez (1998) o Congresso institui o serviço de radiodifusão comunitária, programa de cesta básica para os excluídos das periferias sociais, sempre faltando o ingrediente principal, justo quando todos começam a se mexer com as revoluções das mil tevês, da internet, do celular – com suas reviravoltas culturais e políticas. Mas, com a rádio comunitária o Brasil nunca mais é o mesmo, mostra Sebastião Santos, com a firmeza de sua sempre liderança. A lei cria direitos novos na terra brasileira – a comunicação não tem dono, a pluralidade de versões é obrigatória e gratuita. O jurista renomado a considera importante como a proclamação da República.⁵ Armando Coelho Neto, presidente da Federação Nacional dos Delegados Federais, ostenta o apoio da federação ao movimento. Até as nove horas (setembro de 2007), o governo distribuiu 3.000 autorizações, enquanto milhares de radiodifusores comunitários preferem não ter uma.

Às nove horas deste primeiro dia, a rádio comunitária está, ao menos em parte, fala a verdade, politicamente corrompida e cul-

5. Ver SILVEIRA, P. F. *Rádio comunitária*. Belo Horizonte: Ed. Del Rey, 2000.

turalmente viciada, tudo por falta de capacitação. A programação se descola da comunidade. Meio milhão de brasileiros que participaram diretamente da batalha constitucional pela liberdade de expressão, na frente das comunitárias, lutaram em vão.⁶

Agora, o momento histórico mostra que o comunitário sobe e o massivo desce. É ampla e reluzente estrada. Em marcha, a revolução da comunicação interativa pública faz linguagens de solidariedade e amor da radiodifusão comunitária alcançar outros veículos. Nove horas. Daqui a pouco estará pronta a jornada. Adiante. O século e o milênio acabam de despertar. Animados, retribuem a saudação, dizem que daqui pra frente será tudo muito rápido, de repente. Melhor assim.

A gente gosta de gostar do que a gente gosta de fazer⁷.

6. O Fórum Democracia na Comunicação estipula a ocorrência de 50 mil experiências de instalação e funcionamento de rádios comunitárias no Brasil, entre 1989 e maio de 2007, cada uma envolvendo diretamente cerca de dez pessoas.

7. Do biólogo chileno Humberto Maturana: MATURANA, H., *A ontologia da realidade*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2002.

COMUNICAÇÃO PÚBLICA E VIOLÊNCIA URBANA

ORLANDO JOSÉ FERREIRA GUILHON¹

I. INTRODUÇÃO

Este texto foi construído como resposta a uma provocação feita pela UNESCO sobre como a mídia pública e a mídia comunitária tratam a temática da ‘violência urbana’. Ele expressa um acúmulo teórico, de reflexão sobre princípios, posturas e métodos que devem nortear a prática daqueles que fazem jornalismo público e comunitário, mas também reflete uma práxis do cotidiano de como as rádios públicas brasileiras, e em particular a Rádio MEC, realizam seu trabalho de informação jornalística quando abordam esta temática.

Como presidente da Associação das Rádios Públicas do Brasil (Arpub), e diretor-geral da Rádio MEC, procurei resumir neste texto as formulações que têm orientado o jornalismo público em nossas rádios associadas, embora deixe claro, em uma ou outra passagem do texto, que ainda há um longo caminho a percorrer, ou seja, ainda há um fosso entre teoria e prática, entre os princípios que devem nortear o jornalismo público e a capacidade real de nossos profissionais em torná-lo uma prática cotidiana.

Chamo a atenção, por uma questão didática, que o jornalismo pode e deve apresentar inúmeros e diversificados formatos, e

1. Diretor da Rádio MEC e Presidente da Associação das Rádios Públicas do Brasil, ARPUB.

que o tema em questão pode ser abordado em qualquer desses formatos: notas, entrevistas, reportagens, comentários, debates e documentários. Ao longo do texto, farei referência a vários desses exemplos, usando em particular, como fonte de pesquisa, o próprio jornalismo praticado pela Rádio MEC, ressaltando que, de todos os formatos acima citados, o único que não vem sendo realizado com frequência na Rádio MEC é o documentário radiofônico.

Igualmente, considero importante diferenciar a tênue nuance que diferencia o papel e a prática das emissoras públicas, no campo da informação jornalística, daquelas que chamamos de emissoras comunitárias. Embora todas elas possam se situar no 'campo público da comunicação', as primeiras, emissoras públicas, educativas, culturais e universitárias são emissoras de sinal aberto que atingem um público-alvo muito maior (uma cidade, uma região metropolitana, ou um estado), algumas estão com seu sinal no satélite (portanto, atingem um público ainda maior), e trabalham com um corpo de colaboradores profissionais (jornalistas, radialistas, administrativos), enquanto as emissoras comunitárias, de uma forma geral, são voltadas para um público mais localizado (um bairro, uma comunidade), e seu processo produtivo é realizado pelas próprias pessoas da comunidade, podendo ou não ter também profissionais no seu corpo de colaboradores.

O artigo 19 da Declaração Universal dos Direitos do Homem (ONU, 1948) fala explicitamente no direito à informação. Muitos entendem que o direito à informação, ou melhor, o direito à comunicação, trata-se do 'direito a ser bem informado'. Outros, já defendem que não basta apenas ser bem informado, é necessário também garantir o 'direito a informar', ou seja, a que cada cidadão seja também agente e produtor da informação. As emissoras públicas e as emissoras comunitárias devem buscar

garantir ambos os direitos, sendo que as emissoras comunitárias podem levar à radicalidade o ‘direito a informar’.

Por fim, embora a temática tenha nos permitido utilizar como área de pesquisa inúmeras matérias da Rádio MEC, dos últimos quatro anos, de diferentes momentos, casos e episódios, resolvemos utilizar como exemplo de análise o recente episódio da megaoperação das forças de segurança do Estado do Rio de Janeiro nas comunidades do Complexo do Alemão, pela importância do caso e pela sua forte repercussão na sociedade e na opinião pública.

2. PRINCÍPIOS

Nos últimos anos, o campo público de comunicação tem discutido com maior profundidade qual deve ser a missão institucional de nossas emissoras, qual a finalidade do tipo de comunicação que fazemos, e quais os princípios que devem nortear nosso trabalho jornalístico. Isso tem acontecido em encontros e assembleias de entidades nacionais como Arpub, Associação Brasileira das Emissoras Públicas, Educativas e Culturais (Abepec), Associação Brasileira de Radiodifusão Comunitária (Abraço), Associação Mundial de Rádios Comunitárias (Amarc), Associação Brasileira de Televisões e Rádios Legislativas (Astral), Associação Brasileira de Canais de Comunitários (Abccom), em espaços amplos como o recente Fórum Nacional de TVs Públicas, em textos e trabalhos apresentados por entidades como o Fórum Nacional pela Democratização da Comunicação, o Intervezes – Coletivo Brasil de Comunicação Social, a ONG EPI-Com, o Conselho de Comunicação Social, e outras entidades que enfrentam o debate sobre a questão da comunicação em nosso país.

Entendo que a missão institucional de uma emissora pública deva ser produzir e transmitir informação democrática, cultura, educação e prestação de serviços à grande maioria da população. Isso significa dizer que, tal missão institucional é balizada por alguns princípios, que devem nortear o nosso 'que-fazer' cotidiano. Quais seriam tais princípios? Proponho nos concentrarmos nos principais: democracia, objetividade, independência, ética, cidadania.

O que significa produzir uma informação democrática? Como o princípio da democracia deve nortear o jornalismo de uma emissora pública. No sentido de que nosso papel não é o de tutelar a opinião pública, não é o de tentar induzir o cidadão a pensar desse ou daquele jeito, mas sim o de dar todas as informações para que o cidadão possa construir, livremente, a sua própria opinião. Nesse sentido, uma informação democrática é aquela que parte do princípio de que uma coisa é o fato, e outra coisa é a interpretação ou a leitura que se tem do fato. Quanto mais forem os atores envolvidos ou atingidos pelo fato, maior será a tendência a termos várias interpretações e leituras desse fato. Uma emissora pública deve ter como práxis ouvir sempre os vários atores envolvidos em cada notícia, os vários matizes ideológicos quando se trata da análise de uma determinada política pública, e assim por diante.

Ao contrário da mídia comercial, que é baseada no lucro, e, portanto, é presa aos índices de audiência, aos interesses de patrocinadores, e em geral apresenta um jornalismo eivado de interesses indiretos, com grosseiras manipulações da informação, e um perfil conservador em seu jornalismo opinativo, uma emissora pública deve pautar seu jornalismo por uma busca obsessiva da objetividade. Quanto maior for a dose de objetividade que contiver a nossa matéria jornalística, melhor para o cidadão. Mas, sabemos que não existe a objetividade pura. Isso não deve

diminuir nossa intenção de buscar a objetividade. Entretanto, se a subjetividade é inerente ao ser humano, quanto mais amplo for o espectro de subjetividades no enfoque de um determinado fato, melhor para o cidadão. Em outras palavras, isso deve nos levar sempre a ouvir várias opiniões, várias leituras do mesmo fato, para que o público ouvinte possa chegar à sua própria conclusão.

Uma rádio pública deve trabalhar com independência. O que significa isso? Significa que ela deve buscar ficar distante do mercado e de suas influências, do poder econômico, da influência de patrocínios comerciais, da influência de interesses privados e pessoais. Ao mesmo tempo ela deve buscar também ficar distante do Estado, do poder político e dos partidos que sustentam ou se opõem a tal poder constituído. Em outras palavras, independência quanto ao poder econômico do mercado, e independência quanto ao poder político do Estado. No caso do Brasil, esse princípio é muito difícil de ser respeitado, por duas razões. Em primeiro lugar, em função das precárias condições materiais de sustentação das emissoras públicas, sempre escassas de recursos orçamentários, muitas dessas emissoras públicas acabam descaracterizando-se enquanto rádios educativas ou culturais, e terminam aceitando patrocínios comerciais de terceiros, na forma de propaganda comercial, terminando por perder sua identidade pública. Por outro lado, em nosso país, a confusão histórica entre o público e o estatal, terminou fazendo com que muitos detentores de poderes públicos, principalmente no Executivo, tratem tais emissoras como um quintal do poder do Estado, achando que elas devem servir para fazer proselitismo político e propaganda desse ou daquele governante. Se levarmos em conta que quase todas essas emissoras dependem dos recursos públicos (federais, estaduais ou municipais), teremos uma idéia real da dificuldade de preservar tal princípio.

A ética deve orientar todo o trabalho de jornalismo de uma emissora pública. Como garantir isso? Ter o princípio da ética como referência no jornalismo público significa que devemos evitar e combater a manipulação da informação e o proselitismo político ou religioso. Significa colocar o espírito público acima de tudo. Significa que o jornalismo público deve ser uma prestação de serviço ao usuário, ou seja, o ouvinte (no caso de uma rádio pública). Ética no trato com o público ouvinte, significa ter claro que ele é o objetivo final do nosso trabalho. Nossos profissionais precisam evitar o sensacionalismo, o personalismo e a superficialidade, buscando tratar todo e qualquer tema com profundidade e imparcialidade.

Por fim, é fundamental ter em consideração o princípio da cidadania. Em uma emissora pública, o foco deve estar voltado para o cidadão, ao contrário de uma emissora comercial, onde o foco está voltado para o consumidor. Cidadania significa direitos, significa desenvolver no ouvinte a consciência da conquista de seus direitos como cidadão. Cidadania significa que nosso jornalismo não pode perder de vista o cidadão, não apenas como ouvinte, mas também como produtor de informação. Reportagens e entrevistas dando voz ao cidadão, ao morador, ao trabalhador, aos setores excluídos da sociedade, dar espaço e voz àqueles que em geral não o têm na mídia comercial, permitir que o cidadão comum seja produtor de sua própria informação.

Lembrando dois textos de circulação interna na Rádio MEC, onde dois profissionais se referem ao tema. Primeiro, a líder do Núcleo de Produção e Programação da MEC AM, Liara Avellar, expressa sua opinião: "... Uma emissora pública deve abordar o tema da violência do ponto de vista da cidadania: suas consequências para o cidadão, as políticas de segurança pública, serviços para a população, desdobramentos das ações da sociedade, análise das ações, etc." Em outro texto, a repórter da MEC AM,

Dáurea Gramático, expressa sua opinião: "... A Rádio MEC tem procurado focar as matérias policiais no cidadão. Como a violência interfere no dia-a-dia das pessoas, que saídas elas encontram dentro e fora da comunidade, etc." Claro que procuramos dar voz a todos os lados envolvidos, mas o foco é sempre o cidadão.

3. NOTAS

Ao longo da programação da MEC AM temos vários noticiários MEC Notícias, de cerca de cinco minutos cada, a cada período de uma hora, entremeando toda a programação. Além disso, no meio dos programas generalistas, verdadeiras revistas radiofônicas, onde combinamos a programação cultural (música, poesia, literatura) com a programação jornalística (notas, reportagens, comentários), as notas também têm um espaço importante. Essas 'notas' são lidas pelo locutor-apresentador do horário, baseadas em pequenos textos, editados pelo jornalista editor de plantão, sempre baseado em notícias pesquisadas em jornais do dia, material de agências de notícias (nacionais e internacionais) e *sites* de jornalismo. Tais notas devem ser sempre curtas, objetivas, devem contribuir para a compreensão do fato social, seu conteúdo, seus efeitos, o papel das organizações como participantes ativas desse processo. Passo a dar exemplos concretos de 'notas' editadas pelos nossos editores e lidas no ar por nossos repórteres ou locutores-apresentadores.

Editor Carlos Borges, dia 7 de maio de 2007:

... No sexto dia de ocupação da favela de Vila Cruzeiro, na Penha, moradores ainda estão com muito medo, apesar de a PM ter reforçado o esquema de segurança. Eles explicam que a qualquer momento pode começar um novo confronto. O comando da Polícia Militar acusa os traficantes de estarem atirando de propósito

na população para culpar a polícia. Já morreram 5 pessoas e 24 ficaram feridas. Algumas escolas e creches permanecem fechadas e o comércio funciona parcialmente...

Editor Carlos Borges, dia 8 de maio de 2007:

... Termina a passeata de moradores da Vila Cruzeiro. Eles foram para as ruas da Penha protestar, pacificamente, contra a presença da PM, há 7 dias, na favela. A maior queixa é a falta de segurança e os moradores temem novos confrontos. Até agora, 6 mortos e 30 feridos, a maioria atingida por bala perdida. Escolas permanecem fechadas e o comércio funciona precariamente...

Repórter Dáurea Gramático, dia 15 de maio de 2007:

... Nesta terça-feira, a Polícia Militar completa duas semanas de ocupação na Favela Vila Cruzeiro, no Complexo do Alemão, na Penha. Soldados do Batalhão de Operações Especiais reforçam o patrulhamento nas entradas e saídas da comunidade, mas ainda não houve confrontos. O comércio funciona normalmente, mas as escolas continuam fechadas, por medida de segurança. Depois da trégua do Dia das Mães, traficantes recobram o fôlego e além de vergalhões de ferro fincados com cimento no chão dos principais acessos à Favela da Grota, abriram enorme buraco para impedir a passagem de blindados. Nas duas semanas de ocupação, 47 pessoas foram feridas por balas e 12 mortas. No sábado, uma foto publicada no jornal O Dia mostrava passageiros deitados no interior de um ônibus que passava em meio a um tiroteio. O motorista declarou que nos momentos de perigo atua como enfermeiro e psicólogo, acalmado os passageiros e orientando-os sobre o que

fazer. Uma senhora que procura os restos mortais do filho, morto por traficantes da Favela da Grota, no Complexo do Alemão, prestou depoimento à polícia e relatou o que viu quando foi cobrar dos bandidos o corpo do jovem: – O chefe do tráfico estava sobre uma moto, com um fuzil atravessado nas costas, um cinto com várias granadas e cercado por cerca de 200 homens, todos fortemente armados. Dentro da casa, sobre uma mesa, havia drogas e mais armas. Sobre a laje da casa, havia dois tripés com metralhadoras apontadas para a entrada da favela, por onde entram os policiais. – Os PMs procuram os assassinos de dois colegas que montavam guarda dentro de uma patrulha, no mesmo local onde o menino João Hélio, de 7 anos, foi arrastado por bandidos até a morte. O Secretário de Polícia do Rio afirma que os policiais só sairão da favela depois de prender os assassinos. A Secretaria de Educação informa que as aulas nas escolas dentro da comunidade estão suspensas por tempo indeterminado...

Editor Carlos Borges, dia 19 de maio de 2007:

... Aumenta para 16 o número de mortos na Vila Cruzeiro, na Penha, onde a PM permanece há 17 dias. A última vítima foi um traficante que trocou tiros com a polícia. São 46 feridos, desde o início da ocupação da favela, no dia 2 de maio. Muitas escolas permaneceram fechadas e o comércio funciona normalmente. O comando da PM confirma que o esquema de segurança não tem hora nem dia para ser desativado...

Editor Luis Cláudio, dia 22 de maio de 2007:

... PM ocupa o Complexo do Alemão. Cerca de 300 homens do 16º. Batalhão, em Olaria, do Bope e do

Batalhão de Choque, apoiados por equipes de vários outros batalhões da Região Metropolitana ocupam desde às 5h da manhã desta terça-feira todo o Complexo do Alemão, e parte da Vila Cruzeiro. Segundo o comandante, coronel Marcos Jardim, a operação tem o objetivo de prender traficantes e também retirar barreiras reerguidas por bandidos nas entradas das comunidades. Não houve troca de tiros até o momento...

Repórter Gabriela, dia 22 de maio de 2007:

... Uma criança e o pai ficaram feridos há pouco em consequência da explosão de uma granada no Morro do Juramento, em Vicente de Carvalho. Segundo a polícia, bandidos jogaram o artefato na direção de uma casa na Rua Tupiniquins, mas a granada caiu no telhado e explodiu, ferindo a menina. Ao socorrer a filha, o pai também foi atingido por estilhaços. As vítimas foram levadas para o posto de atendimento médico de Del Castilho...

Editor Luis Cláudio, dia 23 de maio de 2007:

... Os homicídios aumentaram no Estado do Rio. Segundo a Secretaria de Segurança Pública, foram registrados 640 casos no mês de março, 33 a mais do que no mesmo período do ano passado. O roubo a pedestres também subiu. De quase 3.600 foi para mais de 4.860...

Editor Luis Cláudio, dia 23 de maio de 2007:

... Altos índices de violência se mantiveram no Brasil em 2006, devido a problemas nos sistemas de segurança pública, penitenciário e judicial. A informação é do

Relatório da Anistia Internacional, divulgado nesta quarta-feira. Segundo o documento, houve violações sistemáticas dos direitos humanos, com registro de 1.500 execuções. O texto ressalta ainda que 'o envolvimento de funcionários do Estado em atividades ilegais derivou em violações de direitos humanos e em um aparente aumento do crime organizado em todo o país'...

Repórter Dáurea Gramático, dia 29 de maio de 2007:

... A Polícia Militar conseguiu remover um veículo blindado do Batalhão de Choque que apresentou problemas mecânicos, nesta terça-feira, em acesso à Favela da Chatuba, no Complexo do Alemão, na Penha. Bandidos da comunidade fizeram disparos contra o Caveirão parado e outros quatro blindados o cercaram como forma de apoio. Um reboque e 50 policiais participaram da operação...

Editor Carlos Borges, dia 29 de maio de 2007:

... Sobe para 26 o número de mortos desde que a polícia passou a ocupar o conjunto de favelas do Morro do Alemão. A última vítima foi o menino Iury Andrade da Rosa, de 12 anos. Ele foi atingido por bala perdida na Vila Cruzeiro, na Penha. Na hora, PMs e traficantes trocaram tiros. Nos 27 dias de ocupação, ficaram feridas 55 pessoas. As escolas públicas e creches da região permanecem fechadas...

Editor Luis Cláudio, dia 31 de maio de 2007:

... Violência põe o Brasil entre os últimos no *ranking* mundial de paz. O Brasil ocupa apenas a posição 83 no Índice Global. O *ranking* é o primeiro estudo que classifica

121 países de acordo com o grau de paz. O levantamento é da consultoria britânica *Economic Intelligence Unit*. O país menos violento é a Noruega. O grupo dos dez países mais pacíficos é completado pela Nova Zelândia, Dinamarca, Irlanda, Japão, Finlândia, Suécia, Canadá, Portugal e Áustria. O país com o pior nível de paz é o Iraque. Um dos fatores que mais pesou negativamente sobre o Brasil foi o elevado grau de violência urbana...

Editor Luis Cláudio, dia 5 de junho de 2007:

... Cerca de 18 mil crianças são vítimas diárias da violência doméstica no Brasil. Os dados são da Sociedade Internacional de Prevenção ao Abuso e Negligência na Infância. Eles revelam que os maus-tratos atingem 12% dos menores com idade inferior a 14 anos. A estatística foi apresentada nesta segunda-feira, Dia Mundial Contra a Agressão Infantil...

Editor Luis Cláudio, dia 13 de junho de 2007:

... Operação policial cerca o Complexo do Alemão, na Penha, Zona Norte do Rio. Cerca de 300 policiais militares e 140 homens da Força Nacional de Segurança, participam da 'Operação Cerco Amplo'. Em todas as entradas, agentes fazem revista em homens, crianças e mulheres. Duas bombas explodiram no local, mas não há informações de feridos. Policiais da Delegacia de Meio Ambiente aproveitaram a presença da Força Nacional na Favela da Grota para apreender pássaros silvestres que estavam sendo vendidos em uma barraca na estrada do Itararé...

Repórter Íris Agatha, dia 18 de junho de 2007:

... Conflitos no Complexo do Alemão são destaque na imprensa internacional. A rede britânica BBC reproduz a reportagem desta segunda-feira do diário Clarín, da Argentina. O jornal afirma que os constantes tiros amedrontam as crianças. A notícia se refere ainda às escolas fechadas e a 3.200 alunos que estão sem aulas pela falta de segurança. O Clarín destacou também que nem a campanha da vacina contra a pólio foi respeitada porque os profissionais de saúde tiveram medo de trabalhar nos postos de saúde...

Repórter Íris Agatha, dia 21 de junho de 2007:

... Violência custa R\$ 92 bilhões ao Brasil. Os gastos se referem ao setor público e à iniciativa privada. As contas foram feitas pelo Instituto de Pesquisa e Economia Aplicada, o Ipea, a pedido do Ministério da Saúde. A pesquisa vai servir para o governo se basear na adoção de providências que diminuam os impactos da violência na economia do País. O estudo do Ipea constatou que dos R\$ 92 bilhões, R\$ 61 bilhões são pagos pelo setor privado. O Rio de Janeiro gasta mais de R\$ 5 bilhões por ano com segurança privada, segurança pública e atendimento a vítimas da violência, conforme a pesquisa do Instituto...

Editor Luis Cláudio, dia 27 de junho de 2007:

... Cerca de 1.800 policiais estão cercando o Complexo do Alemão, na Penha. Policiais civis, militares e da Força Nacional de segurança estão nos principais acessos das favelas da região. Os traficantes voltaram a erguer barreiras para impedir o acesso dos agentes.

A operação policial prossegue na região há 56 dias. Nesse período, 27 pessoas morreram. O comércio local permanece fechado...

Editor Luis Cláudio, dia 29 de junho de 2007:

... A polícia do Rio vai fazer outras megaoperações como a do Complexo do Alemão. Rocinha, Cidade de Deus, Jacarezinho, Mangueira e Complexo da Mara devem ser as próximas. O secretário de Segurança Pública do Rio, José Mariano Beltrame, explicou que a inteligência da polícia já está planejando as novas ações. Os acessos aos morros do Complexo do Alemão seguem policiados. Segundo Beltrame, o objetivo é manter o tráfico asfixiado, impedindo a chegada de armas à favela...

Editor Carlos Borges, dia 2 de julho de 2007:

... Hoje faz 2 meses que a PM ocupa o conjunto de favelas do Complexo do Alemão. No período, 27 mortos e 70 feridos. Apesar da aparente tranquilidade nesta segunda-feira, os moradores continuam com medo. O comércio voltou a funcionar e as escolas reabriram parcialmente. No entanto, os pais ainda temem mandar os filhos para os colégios. O comando da Polícia Militar informa que o esquema não deve ser desativado tão cedo e será reforçado durante os Jogos Pan-Americanos...

Apesar de esta ser uma amostra aleatória das inúmeras notas editadas e lidas nos microfones da programação da MEC AM, ela dá uma idéia do perfil do trabalho realizado. As informações essenciais estão aí. Quem, onde, quando, como... Fala-se, claramente, no medo dos moradores, nas escolas e comércio fechados, na passeata de protesto dos moradores, no motorista que vira

enfermeiro e psicólogo, na dor da moradora que busca resgatar o corpo do filho, nas estatísticas de mortos e feridos (a cada dia da operação), mostra-se a posição das autoridades, informam-se dados sobre violência no Brasil, mostra-se como tais episódios repercutem na imprensa internacional, enfim, procura-se dar um painel objetivo e completo da situação, mas sempre tendo o cidadão como foco.

4. REPORTAGENS E ENTREVISTAS

Ao longo da programação da MEC AM, tanto nos noticiários MEC Notícias de cinco minutos, quanto em quadros específicos dentro dos programas generalistas de revistas, inúmeras entrevistas são realizadas, dentro de reportagens sobre um determinado tema. Não foi diferente, no caso da megaoperação do Complexo do Alemão. Selecionamos aqui, a título de exemplo, quatro pequenas entrevistas de reportagens sobre o tema. Por uma questão de espaço, selecionamos apenas trechos das mesmas entrevistas, que nos pareceram ser mais simbólicos do trabalho realizado pelos nossos repórteres e produtores.

Produtora Alessandra Eckstein entrevista Tiana Sento Sé, secretária nacional do Fórum Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente, no dia 3 de julho de 2007:

... A questão da violência na comunidade, entre policiais e traficantes, causa confusão para as crianças... Quem na história é o bandido, e quem é o mocinho?... Outra questão importante é a rotina das crianças, que não podem ir à escola, que está fechada... Termina que, muitas vezes, esta criança é aprovada sem ter cumprido o currículo todo... E, sem falar que ela lida com um professor que está estressado, que também está com medo de ir para a comunidade dar aula e que também

tem as suas inseguranças... Isso tudo cria um contexto para essa criança, para esse adolescente... claro que não pode ser saudável... Não é a capacidade de aprendizagem que é afetada... Esses meninos têm um potencial muito grande de sobreviver a tudo isso, eles criam mecanismos para poder dar conta. A capacidade de aprendizagem não é afetada, mas sim as oportunidades para aprender e ampliar conhecimentos... Sem falar que a violência acaba sendo naturalizada. As crianças convivem com isso no cotidiano, passam a achar isso natural, e aí, se a gente quer ter uma sociedade de paz, vai ter muito mais trabalho para isso... A saída, muitas vezes, está na forma em que a família trata do assunto... Com sensibilidade, muitas famílias dessas comunidades conseguem passar para os filhos a mensagem de que o legal é viver em uma comunidade em paz, em que as pessoas não peguem em armas, até para que eles não se envolvam com essa violência, não sejam autores de violência...

Repórter Íris Agatha entrevistou o Secretário Nacional de Segurança Pública, Luiz Fernando Corrêa, no dia 4 de julho de 2007:

... O PAC – Plano de Aceleração do Crescimento – pode estar articulado com a política nacional de segurança pública. A urbanização de determinadas áreas e comunidades pode efetivar a articulação das esferas federal, estadual e municipal no entrelaçamento da política de segurança com as ações sociais... Além disso, o trabalho das forças de segurança pode ser empreendido para a repressão e a prevenção da criminalidade e dos conflitos... É necessária a demonstração

de força policial para neutralizar o poder da criminalidade, a fim de possibilitar a entrada da ação social... No planejamento de segurança para os Jogos Pan-Americanos houve a preocupação de incluir no esquema jovens e adultos moradores de favelas, os chamados excluídos sociais... Cerca de 10.500 jovens foram formados para trabalhar em locais de jogos e treinamentos, cerca de 200 vão integrar as brigadas socorristas com soldados e oficiais do Corpo de Bombeiros do Estado do Rio de Janeiro... Ao todo, cerca de 30 mil pessoas desse segmento social farão parte da segurança do Pan...

Repórter Íris Agatha entrevistou o delegado Carlos Cruz, da Polícia Federal, no dia 5 de julho de 2007:

... A simulação de atentado terrorista no porto da cidade do Rio de Janeiro teve como estratégia integrar os mais variados órgãos de segurança federais e estaduais... Dessa forma, trabalharam juntos, em harmonia, a Polícia Federal, a Polícia Rodoviária Federal, a Polícia Ferroviária Federal, a Receita Federal, a Marinha e a Secretaria de Segurança Pública do Estado do Rio de Janeiro, com suas polícias Civil e Militar...

Produtora Cynthia Cruz e locutor-apresentador Amaury dos Santos entrevistaram o ex-secretário da Associação de Moradores da Vila Cruzeiro, Marcelo Dias, no dia 3 de julho de 2007:

... A comunidade está vivendo um clima de constante terror... O tráfico impede que as pessoas vivam com tranquilidade, porque estão sempre preocupadas com possíveis confrontos... A idéia do prefeito César Maia, de colocar disjuntores nos postes de luz das comunidades,

é uma forma de reconhecer o poder paralelo do tráfico nas comunidades, é a institucionalização desse poder paralelo... Essa medida fere o direito básico de ir e vir, hoje desrespeitado à força pela marginalidade, e que passaria a ter a conivência do Estado... Lamento que crianças e adolescentes sejam prejudicadas com o fechamento das escolas pelo tráfico, devido à violência... Sem aulas, os menores ficam sem ocupação e podem se tornar alvos fáceis da criminalidade...

Apesar de se tratar apenas de alguns pequenos trechos de entrevistas, elas permitem perceber algumas questões. Há uma preocupação em ouvir os vários lados do conflito (a secretária Nacional do Fórum Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente, o secretário Nacional de Segurança Pública, um delegado da Polícia Federal encarregado de uma operação conjunta, e um líder comunitário da Vila Cruzeiro). Isso, em quatro reportagens que aconteceram durante apenas três dias consecutivos de uma mesma semana. Os repórteres e produtores procuraram extrair dos entrevistados informações objetivas, mas também pontos de vista pessoais sobre o conflito.

5. DEBATES

Outro formato jornalístico da programação da MEC AM, também utilizado em outras rádios públicas, é o do debate. Um tema interessante e polêmico, um apresentador-moderador capaz de fazer as perguntas-chaves e de conduzir o debate com imparcialidade, dois ou três convidados especialistas, e durante uma hora o tema é dissecado ao longo do programa. A MEC AM teve, até o primeiro semestre de 2005, um programa chamado Debate MEC, que a partir do segundo semestre de 2005 passou a se chamar Atualidades, exatamente com esse perfil. O tema

violência, violência urbana, crime organizado, violência em favelas e comunidades carentes, foi tema recorrente desse programa de debates. Seleccionamos aqui apenas quatro exemplares desse programa, para termos uma idéia do trabalho realizado. Por razões de espaço, não faremos a transcrição literal do debate, mas apenas resumiremos o conteúdo de algumas intervenções, para facilitar a compreensão.

Programa Debate MEC, de 27 de julho de 2005, produção de Cadu Freitas, e apresentação de Eduardo Fajardo, sobre o tema Jovens de classe média e o tráfico de drogas. Convidados: Vanderley Rabelo, advogado e representante da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), Andréa Menezes, delegada titular da Delegacia de Repressão aos Crimes de Informática, Carlos Eduardo de Souza, inspetor do Serviço de Repressão a Entorpecentes de Niterói e Mirian Paúra, educadora.

O âncora, Eduardo Fajardo, provocou os entrevistados perguntando se a Internet estava sendo utilizada como um novo canal para o comércio de drogas. A delegada Andréa Menezes afirmou que a rede mundial potencializa os crimes porque atinge um maior número de pessoas. O inspetor Carlos Eduardo complementou, revelando que as salas de bate-papo se transformaram em um canal de compra e venda de drogas. Citou que os usuários e traficantes virtuais utilizam apelidos para tratar das drogas. Exemplos: o Ecstasy pode ser pedido como 'volkswagen verde'... A delegada disse que LSD e Ecstasy eram drogas baratas e chegam ao usuário sem grande exposição, via Internet. Disse que a polícia vem intensificando a ação sobre esse tipo de crime, atingindo jovens de classe média que acham que não podem ser pegos. Lembrou da dificuldade para a ação da polícia, no tocante à escuta telefônica, pois essa só pode ser feita mediante determinação judicial. A educadora Mirian Paúra mostrou sua preocupação com os motivos que levam um jovem a fazer

uso de drogas. Para ela, seriam três motivos: fuga, prazer e a pressão social do coletivo (todos meus amigos usam, eu também vou usar). O advogado Vanderley Rabelo salientou a diferença entre o usuário e o traficante. Para ele, usuário é caso de saúde pública, já o traficante é caso de polícia. Todos os debatedores foram unânimes em dizer que a união da família, a escola e o reforço dos valores morais e da ética são caminhos que podem levar o jovem a não se envolver com as drogas.

Programa Atualidades, de 23 de novembro de 2005, produção de Cadu Freitas, apresentação de Francisco Barbosa, sobre o tema Como salvar o Rio da violência. Convidados: Raimundo Castro, consultor e especialista em segurança, Gláucio Ary Dillon Soares, sociólogo, e José Mario Ferreira, advogado e ex-policial.

O sociólogo Gláucio Ary falou das pesquisas, mostrando que os dados divulgados devem ser relativizados. Uns são referenciais, outros desprezíveis. Os dados mais confiáveis são os de homicídios e furtos, por causa do seguro. Gláucio Ary disse que mais de 70% dos ilícitos praticados não chega às delegacias, não são registrados. O consultor Raimundo Castro informou que o Secovi (Sindicato da Habitação) lançou um novo programa de segurança para dar treinamento aos porteiros. O âncora, Francisco Barbosa, perguntou aos debatedores se a violência é a mesma da década de 50... Os convidados concluíram que a violência está descaracterizada. Começa com o menor desassistido, que vira bandido, mas também passa pelos condomínios de luxo. Francisco Barbosa perguntou quem é o delinqüente de hoje. Gláucio Ary lembrou que instituições como família e escola estão em crise. Apontou as freqüentes 'transições' familiares (divórcios, novos parceiros) como responsáveis pela crise. As 'transições' estariam acontecendo na infância, gerando maiores danos na construção da personalidade. A droga penetraria mais

facilmente nas famílias desestruturadas. Gláucio Ary disse que “... nossas instituições protetoras deixaram que a rua e a mídia educassem nossos filhos...” O advogado José Márcio Ferreira constatou que as classes mais pobres e as mais abastadas estavam em igual situação no que se refere à ausência de amor familiar. Com relação à ação policial no combate à criminalidade, defendeu o policiamento preventivo. Gláucio Ary destacou os programas que deram certo em Diadema, retirando os jovens dos bares a partir das 23h, o que teria reduzido os índices de violência...

Programa Atualidades, de 11 de abril de 2006, com produção de Cadu Freitas, apresentação de Francisco Barbosa, sobre o tema “Os jovens e o crime”. Convidados: Ubyratan Cavalcanti, presidente da Comissão Antidrogas das OAB, Guilherme Fiúza, escritor, e Gláucio Ary Dillon Soares, sociólogo.

Ubyratan comentou o desinteresse do poder público em enfrentar o problema. O novo perfil do traficante: jovens universitários, filhos de classe média. Ficam fascinados com a possibilidade de ganhar fácil, têm certeza da impunidade e entram no mundo das drogas sintéticas. São vítimas de um conjunto de fatores, a começar pela família, onde falta intimidade e diálogo. Lembrou de pesquisa da USP que aponta que as crianças estão entrando em contato com drogas cada vez mais cedo, aos 10 anos de idade. O escritor Guilherme Fiúza lembrou que as drogas sempre existiram na humanidade. Acha que relacionar a violência à busca por drogas é um equívoco. Acha que é impossível combater o poder econômico que está atrás do universo das drogas, uma vez que a proibição faz com que esse mercado seja bilionário. Francisco Barbosa perguntou se a droga já constitui um poder paralelo. Guilherme Fiúza disse que ainda não existe uma estrutura mafiosa com todo esse poder e complexidade, no Brasil. Acha que a questão dos entorpecentes é uma questão de saúde pública. Já Gláucio Ary fez uma radiografia da classe

média. Mostrou que existem crimes específicos para cada classe social. No caso do tráfico, existiriam dois crimes paralelos, de etiologia social diferentes. Um associa-se à violência e outro à lavagem de dinheiro. Elogiou o documentário Falcão, que trata do exército infanto-juvenil recrutado pelo tráfico nas favelas. Para ele, as crianças e jovens da classe média são um elo indispensável na cadeia da violência. Lembrou da hipocrisia do nosso sistema, que não prende ninguém de classe média ou rica, pois têm bons advogados. Guilherme Fiúza criticou a forma como a sociedade encara as drogas. Disse que a educação é a raiz da questão. É preciso falar abertamente sobre o assunto, sem preconceitos. “É preciso separar droga de violência, disse ele...”.

Programa Atualidades, de 4 de julho de 2007, com produção de Cadu Freitas, e apresentação de Amaury dos Santos, sobre o tema Megaoperação policial no Complexo do Alemão. Convidados: Vanderley Rabelo, diretor da Sociedade Brasileira de Vitimologia, e Carlos Costa, assessor de políticas comunitárias do Viva Rio.

O âncora Amaury dos Santos quis saber a opinião dos debatedores sobre as ações policiais, em curso no Complexo do Alemão. Carlos Costa mostrou sua indignação sobre a recente pesquisa que apontou altos índices de aprovação popular para as incursões policiais nas favelas do Rio. Para ele, o cidadão carioca acredita que nas comunidades faveladas só vivem marginais e criminosos. Classificou as operações policiais em curso como ‘execuções sumárias’ e destacou o papel mediador do Viva Rio. Vanderley Rabelo culpou o poder público pela crescente favelização do Rio, lembrando a omissão no tocante ao problema da carência de moradia. Concordou que a sociedade julga mal os defensores dos direitos humanos. Disse que não valia à pena uma megaoperação se, no final, se perde uma vida humana. Afirmou que o poder público devia entrar na favela sim, não para matar,

mas para levar saúde e educação aos moradores. Carlos Costa disse que o desafio seria a polícia sair da favela, cumprindo sua missão, mas sem prejudicar a comunidade. Segundo ele, não se trata de proibir o trabalho da polícia, mas sim de criar um diálogo para saber como combater a violência. Vanderley disse não ser contra o combate ao crime, mas lembrou que invasões de comunidades pobres por policiais despreparados podem causar baixas inaceitáveis. Entende que a polícia tem sido incompetente no combate ao contrabando de armas e lamentou que inocentes estejam pagando com a própria vida. O ouvinte Paulo, da Taquara, entrou ao vivo, comentando que a segurança pública não está invadindo as comunidades. Segundo ele, quem invadiu foi o tráfico e o poder público tenta retomar a ordem do Estado de Direito. O âncora, Amaury dos Santos, perguntou como as autoridades podem resolver o caos antes que esse se instaure. Carlos Costa, do Viva Rio, disse que não existe fórmula pronta, mas continuou defendendo o diálogo com a sociedade, além de ações sociais permanentes. Carlos Costa disse que os moradores precisam de escola, educação, saúde e esportes. O trabalho da polícia, segundo Costa, seria o de impedir que armas e drogas cheguem às comunidades, com maior vigilância das fronteiras. A invasão do Complexo do Alemão, para ele, é uma medida paliativa. Ao final, defendeu que o canal aberto pelo atual governo do Estado, da Polícia Militar, além de encontros das autoridades com lideranças comunitárias, podem estar contribuindo para se chegar a um acordo em relação às ações policiais. Os dois debatedores defenderam a associação da polícia com as lideranças comunitárias, que por conhecerem o lugar podem respaldar a ação da polícia e evitar baixas nas comunidades...

Novamente, apesar de se tratar de trechos de apenas quatro programas de debate, pode-se observar que nessas ocasiões, há uma oportunidade de aprofundar um pouco mais o tema, os

debatedores falam várias vezes durante o programa, há sempre a possibilidade de ouvirmos mais de uma opinião a respeito do assunto. Ao longo dos quatro debates, algumas questões podem ser destacadas: existe crime nas favelas, mas também existe crime semelhante no asfalto (Internet, condomínios de classe média, etc.); é necessário fazer uma clara distinção entre o usuário e o traficante; se instituições como escola e família estão em crise, a rua e a mídia é que terminam por educar nossas crianças e jovens; a solução passa sempre por investir em políticas sociais (educação, saúde, cultura, esporte); as opiniões sobre as megaoperações são divididas (os especialistas em direitos humanos criticam, os cidadãos de fora das favelas apóiam); há um certo consenso de que é necessário estimular e construir os canais de diálogo entre as autoridades de segurança pública e as lideranças comunitárias.

6. DOCUMENTÁRIOS

Este é um gênero que está desaparecido das grades de programação radiofônicas, e em particular das rádios públicas. A recente experiência de cobertura sobre a megaoperação do Complexo do Alemão, e a atual política da Secretaria de Segurança Pública do Estado do Rio de Janeiro levou à equipe de jornalismo da Rádio MEC o desafio de ousar resgatar esse gênero jornalístico, e tentar produzir um documentário sobre o tema, com pesquisa, roteiro, entrevistas, reportagens, textos, depoimentos, trilha sonora, etc. Acreditamos que poderemos produzir esse documentário radiofônico em um espaço de tempo de dois meses. Será a nossa contribuição adicional à provocação feita pela UNESCO ao nos sugerir esse tema para o conteúdo específico deste texto.

7. CONCLUSÕES

Em primeiro lugar, o que salta aos olhos é que, para um bom jornalismo público, em um tema como esse, a maior dificuldade é a de tentar ouvir todos os lados envolvidos na questão. Não é difícil ouvir as autoridades de segurança pública, nem os especialistas e estudiosos em violência, nem os representantes de entidades de direitos humanos, ou mesmo a opinião do cidadão comum que não é morador da comunidade favelada. Entretanto, ouvir a opinião dos moradores da própria comunidade, das lideranças comunitárias locais, é sempre mais difícil, desafiante, pois as condições para transitar no local são extremamente difíceis em uma área de risco em momentos de conflito. Outro desafio, ainda mais complicado, é o de realizar, em um formato de documentário radiofônico, um documentário do tipo 'Falcão', que conseguiu ouvir o pensamento, as idéias, os valores dos próprios jovens traficantes. O episódio do assassinato do jornalista Tim Lopes recolocou em discussão no meio os limites do exercício da profissão: até onde deve ir um repórter, ou uma equipe de reportagem, sem colocar em risco a vida do profissional ou profissionais envolvidos.

Fica claro que a missão institucional de uma rádio pública nos provoca exatamente para fazer aquilo que a mídia comercial não consegue fazer. Os temas que são desprezados pela mídia comercial, o enfoque ou o lado que nunca é dado pela mídia comercial, os atores que nunca falam na mídia comercial, a amplitude de voz democrática que desapareceu da mídia comercial, esse é o nosso material de trabalho. Usar a criatividade, a ousadia, mas respeitando a tradição e o conhecimento acumulado, para fazer uma comunicação que tenha o cidadão como foco principal.

Por fim, que tipo de cooperação poderia haver entre a mídia pública e a mídia comunitária, ou entre as rádios públicas e as

rádios comunitárias? Consigo pensar em três formas de cooperação imediata: a) em primeiro lugar, no tocante ao conteúdo: rádios públicas e comunitárias podem trocar mais idéias e sugestões para pautas comuns, podem trocar reportagens e programas, podem sugerir novos gêneros e formatos radiofônicos, e até mesmo ousarmos em fazer algumas co-produções; b) em segundo lugar, é possível e até necessário pensarmos em eventos de capacitação comuns, onde o conhecimento e a *expertise* de quem faz rádio pública e comunitária possam agregar valor ao nosso trabalho cotidiano; c) por fim, também na área tecnológica, principalmente levando em conta a migração do sistema analógico para o sistema digital, é necessário intercambiar experiências, projetos e soluções, como forma de garantir o espaço da mídia pública e comunitária na virada da comunicação digital, com tudo o que isso significa.

A INTERNET, O RÁDIO E A TEVÊ COMUNITÁRIA: É POSSÍVEL RIMAR?

CARLOS NEPOMUCENO¹

O que a Internet pode contribuir para que veículos comunitários, principalmente os que vivem em zonas de conflito rural ou urbana no Brasil, cumpram a sua missão principal: programação plural e gestão democrática? O presente artigo pretende ajudar nessa direção.

Gustavo Gindre, representante eleito pelo terceiro setor para o Comitê Gestor da Internet² é um dos principais militantes do país na área de democratização dos meios de comunicação, traça um quadro pessimista da situação das rádios e tevês comunitárias do país.

Lembra que as rádios comunitárias são reguladas pela Lei nº 9.612³, que estabelece limite de apenas 25 watts de potência,

1. Carlos Nepomuceno, e-mail: nepomuceno@pontonet.com.br, é doutorando em Ciência da Informação pela Universidade Federal Fluminense, e jornalista e consultor especializado em Planejamento Estratégico em Internet, desde 1995. Atualmente, presta consultoria permanente para as seguintes instituições: Petrobras, Ibam e Sebrae-RJ. É professor do MBA de Gestão de Conhecimento do Crie/Coppe/UFRJ, com a cadeira "Inteligência Coletiva" e coordenador do Instituto de Inteligência Coletiva (ICO).

2. O Comitê Gestor da Internet no Brasil (CGI.br) foi criado pela Portaria Interministerial nº 147, de 31 de maio de 1995 e alterado pelo Decreto Presidencial nº 4.829, de 3 de setembro de 2003, para coordenar e integrar todas as iniciativas de serviços Internet no País, promovendo a qualidade técnica, a inovação e a disseminação dos serviços ofertados (<http://www.cgi.br/sobre-cg/index.htm>).

3. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L9612.htm>.

em um único canal por região: “Mesmo cumprindo as exigências da lei, o Ministério das Comunicações demora em dar as outorgas e muitas vezes nem responde ao pedido da emissora”, afirma Gindre. Sendo assim, a maior parte das emissoras funciona sem outorga, deixando-as sujeitas à ação repressiva da Polícia Federal.

Os princípios básicos das rádios comunitárias, segundo ele, são: não visar lucro, ter programação plural, gestão democrática e serem apoiadas por movimentos sociais, especialmente associações de moradores de bairros de baixa renda.

Segundo ele, entretanto, “muitas emissoras são controladas por comerciantes, políticos e, principalmente, igrejas, que se dizem comunitárias. Algumas, inclusive, recebem outorgas do governo. O que torna ainda mais complicado identificar quem é realmente comunitário”, lamenta.

Já, sobre tevês comunitárias, lembra que surgiram a partir de 1995 com a Lei da TV a cabo⁴, que determinou que cada operadora deveria disponibilizar um canal para uso de entidades sem fins lucrativos de determinada cidade.

“Essas são, atualmente, as únicas tevês comunitárias existentes. Não há tevês comunitárias na televisão aberta, na tevê paga via satélite ou na tevê paga. Apenas no cabo!” – protestou.

Segundo ele, “cada canal comunitário do cabo é uma história particular. Muitos estão sob controle de pessoas que querem apenas alugar espaço, visando lucro. Já outros têm participação da sociedade civil. Mas, em geral a precariedade é regra, já que são proibidos por lei de ter publicidade e não conseguiram construir outras formas de financiamento”.

Por fim, afirma que muitas rádios comunitárias podem ser consideradas ilegais porque não possuem outorga. Já os canais comunitários da TV a cabo são perfeitamente legais.

4. Disponível em: <<http://www.fenaj.org.br/Leis/TVaCabo.html>>.

Nesse mundo complexo, como o próprio país, no qual muitas dessas emissoras vivem em situações de risco, cercadas de violência das mais diferentes origens, aparece a alternativa da Internet.

Como utilizá-la para fortalecer a cidadania?

AS RÁDIOS E TEVÊS COMUNITÁRIAS NA INTERNET

Passou a ser cada vez mais freqüente o incentivo, mesmo nas rádios e tevês comerciais, à participação pela Web dos telespectadores e ouvintes.

Quando alguém sai da casa no programa *Big Brother* da Rede Globo, corre para o *chat* da emissora. Ou depois do Jornal Nacional, ao surgir discussão sobre determinado assunto. Ou ainda quando torcedores participam, via *chat* ou *e-mail*, dos programas do SportTV para comentar detalhes das partidas de futebol.

Até se tornou freqüente na mídia tradicional o que podemos chamar de “o operador de sala de *chats*” ou “recebedor de *e-mails*”, geralmente profissional com *laptop*, que traz aquilo que os usuários têm a dizer sobre determinado assunto.

É a forma mais fácil e segura de receber o “recado” do ouvinte ou telespectador, antes limitados às linhas telefônicas, bem mais caras para quem organiza o programa e quase sempre ocupada para os que dele querem participar.

No fundo, essa é a integração visível para quem assiste ou ouve os programas que temos hoje nos meios de comunicação de massa com a Internet.

Podemos dizer que é o primeiro namoro entre as partes, que está ainda muito longe de tudo que um casamento estável e saudável pode oferecer.

A aproximação, entretanto, é o início do longo processo que mudará e marcará a história dos meios de comunicação de massa,

que migram para a Internet, considerado por nós o primeiro meio de interação de massa, como vamos explicar adiante.

Assim, para ajudar o trabalho dos produtores de programas de rádios e tevês comunitárias, podemos separar dois tipos de uso da Internet atualmente em voga, que tendem a se aproximar cada vez mais:

1. Os meios de comunicação de massa na Web
A migração gradual dos programas dos rádios e tevês para a rede;
2. A Web nos meios de comunicação de massa
Exemplos como os citados acima.

(Até chegarmos ao meio híbrido, no futuro, em que a Internet e os meios de comunicação estarão fundidos, por intermédio de computadores móveis ou de mesa que acessarão as rádios e as tevês. Tudo será digital.)

Mas, no presente, incluir programas em formato digital na Web é um processo sofisticado e que exige, também por parte do ouvinte, determinadas condições tecnológicas, tanto de velocidade de acesso, quanto de tipo de computador.

A nosso ver, assim, nesse primeiro momento devemos a perseguir as etapas mais viáveis e para as quais o investimento é muito mais cultural do que técnico.

Interessa-nos aqui, entretanto, discutir como a Internet pode ajudar, de forma viável e sem grandes investimentos, na programação e na governança de cada projeto.

É importante que se diga em primeiro lugar que a Web, como novo meio de interação de massa, possibilita a criação de um novo tipo de relação com o ouvinte e telespectador, não mais de forma vertical, do centro difusor ao receptor, como temos há

vários séculos, desde a escrita até os jornais, mas no novo ambiente em que ambos os espaços podem se integrar de forma harmônica.

Para termos noção do cenário e do momento que estamos vivendo da passagem do meio de comunicação de massa para o da interação de massa, vamos passar ao próximo tópico para compreender melhor o potencial da rede, enquanto novo ambiente de informação e comunicação.

A INTERNET, O NOVO MEIO DE MUITOS PARA MUITOS

Pierre Lévy, filósofo francês, ao estudar o Ciberespaço⁵ considerou só ser possível compreender a Internet, por meio de um mergulho profundo no passado.

Para ele, a rede é o resultado da evolução dos meios de comunicação, que seguiram uma trajetória dos tempos das cavernas às atuais salas de *chat*, que vamos adaptar livremente na tabela abaixo, nos baseando na obra de Lévy:

Tipos de comunicação	Modelo interativo
Comunicação oral	Um para um
Comunicação escrita manual	Um para alguns
Comunicação escrita tipográfica	Um para muitos
Meios de comunicação de massa	Um para milhões
Web 1.0	Muitos para poucos
Web 2.0 ⁶ (momento atual)	Muitos para muitos

5. LÉVY, P. *A cibercultura*. São Paulo: Editora 34, 1999.

6. A Web 2.0 é um conceito que define uma nova etapa da rede, na qual os usuários passam a ter ambientes, nos quais colocam diretamente e coletivamente o conteúdo.

Notemos que para a comunicação oral era necessário que o ser humano estivesse um de frente para outro, no mesmo lugar e instante para que a troca de informações fosse possível.

A humanidade evoluiu para ampliar a possibilidade de se comunicar, mas sempre em um processo vertical: no qual havia um centro difusor e milhares ou milhões de receptores.

A Internet, com as novas tecnologias da rede, como as listas de discussão e salas de *chat*, por exemplo, criaram a possibilidade da troca de informação, sem um centro difusor, o que Lévy batizou de comunicação de muitos para muitos, um fenômeno nunca antes possível.

Ensaíamos algo parecido e tímido com os radioamadores, com limitações de equipamentos e custos, até chegarmos pela primeira vez, com a difusão da Internet, em canais abertos, autogerenciáveis e horizontais, cada vez mais acessíveis.

Hoje, interessados na criação de tilápias, por exemplo, podem trocar informações na Web com pessoas de outros países no mesmo ambiente, desde que tenham interesse sobre o mesmo assunto e possam se expressar no mesmo idioma.

Esse novo tipo de troca de mensagens permite que o ser humano ganhe em dinamismo e velocidade, atraindo, assim, os setores produtivos mais avançados para tirar os benefícios do novo meio e envolvendo, gradualmente, toda a sociedade em uma nova prática, o que explica o crescimento exponencial da rede no planeta.

A Internet, portanto, aos poucos, vai impondo a sua maneira de ser e moldando a humanidade a ela.

O que não deve ser visto, a princípio, como ameaça, mas, ao contrário, oportunidade para exercício da comunicação

mais participativa, democrática e cidadã – missão principal das rádios e tevês comunitárias.

Assim, a grande novidade da Internet muito mais do que toda tecnologia em torno dela é a mudança de paradigma, principalmente dos conceitos nos modelos de comunicação.

Desde o surgimento da Web e na sua evolução, qualquer um pode, em alguma medida, não só publicar textos, sons, imagens e ser visto, teoricamente, por todo planeta, além de criar comunidades em rede, que, reunidas, permitem gerar um novo tipo de conhecimento, o qual Lévy denominou inteligência coletiva⁷.

A enciclopédia Wikipedia e o Linux são dois exemplos da força que essa nova inteligência é capaz de produzir.

Assim, se existe missão para qual os jornalistas comunitários devem se engajar é a de tentar expandir ao máximo a capacidade de interação do ser humano, para dar aos cidadãos novas possibilidades de participação, não mais como ouvinte ou telespectador passivo, mas atuante e mesmo construtor do próprio processo de realização dos programas, revigorando-o na sua humanidade.

Esse trabalho exigirá dos jornalistas uma transmutação, pois ao mesmo tempo em que tira o poder absoluto para o qual fomos formados e educados, nos coloca na necessidade de criar uma prática de ouvir e estimular o ouvinte a participar quase em pé de igualdade com o responsável pela emissora.

Esses novos profissionais contam hoje com as seguintes ferramentas para lhe dar apoio nessa jornada:

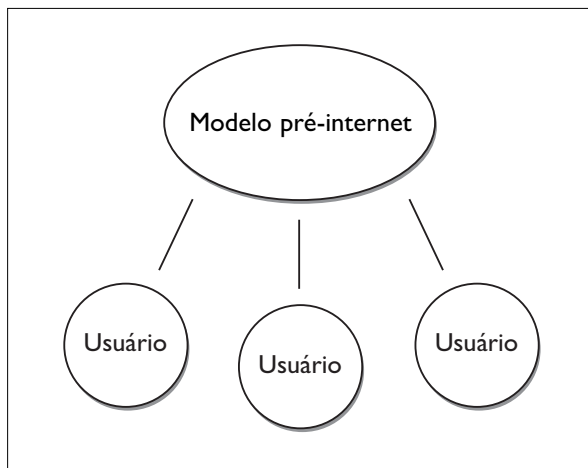
7. Ou seja, capacidade de produzir, à distância, conhecimentos, a partir da interação via Internet.

Ferramenta	Característica
Grupos de discussão	Listas de discussão e fóruns que funcionam por intermédio do <i>e-mail</i> ou em <i>websites</i> , podendo ser utilizado sem necessidade da presença das pessoas na mesma hora e local virtual.
Salas de <i>chat</i>	Funcionam em um ambiente da Internet, ou por meio de programa baixado pelo usuário e exigem a presença das pessoas na mesma hora e local virtual.
<i>Blogs</i>	Os <i>blogs</i> , apesar de individuais, na sua profundidade podem ser considerados ambientes de muitos para muitos, já que permitem que, de forma fácil, pessoas sem nenhum conhecimento técnico possam ter espaço na rede para apresentar seu rosto e opinar sobre diversos assuntos.
Ambientes colaborativos	São novas modalidades de <i>websites</i> , nos quais não existe gestor e são os próprios usuários que incluem o conteúdo, sendo auto-regulados pelas normas que aquele grupo participante estabelece e fiscaliza. O melhor exemplo e o mais conhecido pelos brasileiros é o Orkut. Esses <i>sites</i> reúnem, de forma integrada, diversas ferramentas colaborativas, citadas aqui. (Uma alternativa brasileira é o <i>software</i> Icox ⁸ , que permite a criação de Orkuts descentralizados.)
Ambientes Wiki	São ambientes iguais aos descritos acima com pequena diferença: no Orkut, o usuário não altera os dados de outro usuário, mas nos ambientes Wikis, isso é permitido, por meio da construção de conteúdos coletivos. O melhor exemplo desse uso é o Wikipédia, na qual um conjunto de usuários pode criar coletivamente vários termos sobre qualquer assunto

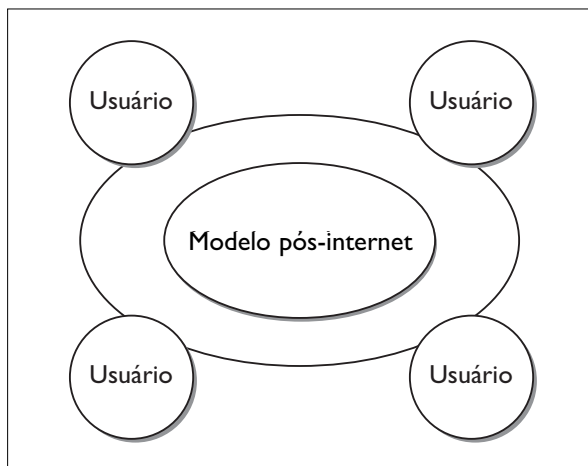
8. Disponível em: <www.icox.org.br>.

Apresentamos abaixo como se diferencia o ambiente de comunicação pré-internet do pós-internet, quando se utilizam do potencial da comunicação “muito para muitos”:

Pré-internet



Pós-internet



COMO FAZER?

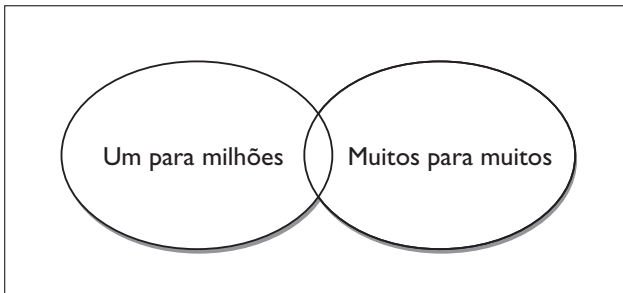
Notemos que o acesso à rede no Brasil é precário. Certamente, o público da maioria das rádios e tevês comunitárias ainda não está em rede, mas isso não impede que aqueles que já estão não possam usufruí-la de forma democrática.

É importante notar, entretanto, que a Web possibilita, viabiliza, ajuda que o ambiente do muitos para muitos ocorra, mas não é pré-condição, já que a troca de muitos para muitos é viabilizada por:

- novo conceito de comunicação;
- ferramentas adequadas para viabilizá-lo;
- e pessoas capacitadas para implementá-las.

Por isso, vemos hoje que muitos *websites*, mesmo estando em rede, espelham-se no modelo de comunicação anterior do um para muitos, não usufruindo da possibilidade de muitos para muitos, pois a formação da maioria de nós jornalistas ainda é no modelo clássico, de quando cursávamos a escola de comunicação, na qual a interatividade nesses moldes era apenas sonho de alguns.

Estamos, assim, vivendo hoje a migração do modelo baseado na comunicação do um para milhões, com novas alternativas de muitos para muitos, veja abaixo:



Hoje, há um esforço dos meios de comunicação tradicionais e alternativos para resolver da forma mais suave e eficaz essa passagem, até chegarmos ao novo espaço homogêneo.

A pergunta colocada, entretanto, é: como adequar aos modelos clássicos do jornalismo a nova realidade?

Existem diversas experiências que podemos nos inspirar na Web para que analisemos as alternativas possíveis e escolher a que mais se adequa para aliar a determinada estação de rádio ou de tevê comunitária.

O primeiro passo é compreender que o projeto da rádio ou tevê comunitária deve vir aliado à presença na Internet. Esse estar na *Web* já faz com que o projeto já possa ter visibilidade para além dos limites da sua área de transmissão.

Como vimos, não basta estar, mas usufruir dos meios interativos da rede, como tentam os organizadores da Rádio Muda⁹, com mais de 13 anos de existência, “que nasceu da experiência de alguns estudantes da Física e Engenharia Elétrica da Unicamp, que construíram um transmissor FM e o colocaram no ar no DCE da universidade”, retirado da história da rádio publicada no *website*¹⁰.

Tentam criar um novo modelo de produção de rádio, que questiona o clássico vigente: “Nesta rádio qualquer pessoa pode virar programador: compareça às reuniões do coletivo. E neste sítio qualquer um pode publicar sua mensagem ou arquivo”, retirado na primeira página do *site*.

Os organizadores afirmam que têm hoje 122 programas semanais na grade¹¹ com mais de 250 programadores, que mantêm reuniões presenciais regulares.

9. Disponível em: <<http://muda.radiolivres.org/?q=node/2>>.

10. Disponível em: <<http://muda.radiolivres.org/?q=node/2>>.

11. Disponível em: <<http://radiolivres.org/wiki/muda/Main/Grade>>.

O *website* da rádio permite que estudantes possam contribuir com textos¹², tornando o ambiente participativo e permitindo ainda que a própria rádio seja escutada¹³, via *Web*.

É um bom exemplo de subversão do modelo atual, já que transforma ouvintes em participantes efetivos da rádio, criando em torno dela uma comunidade ativa.

A Rádio Muda, na verdade, está abrigada dentro de um ambiente criado pelo projeto Rádio Livre¹⁴ que acolhe diversos *websites* de rádios livres e comunitárias, facilitando a possibilidade de cada uma dessas emissoras a ter presença na rede.

Os organizadores explicam: “O radiolivre.org surgiu com a junção de idéias de dois grupos: o pessoal das rádios livres sentia necessidade de formar rede de troca de informações, experiências e, sobretudo, solidariedade. Paralelamente, um grupo de colegas que já ajudava tecnicamente e participava de algumas rádios livres pensou em montar uma espécie de “provedor de serviços” para rádios livres, com idéia de dar suporte para que elas tivessem bom local para hospedar *sites*, pudessem fazer transmissões ao vivo pela Internet e possuir lista de discussão, *e-mail*, local para armazenamento de arquivos, fórum, etc.”, comentam no *site*¹⁵.

Outro bom exemplo de presença na Web é do Rede Viva Favela¹⁶.

Tem programação *on line*, notícias sobre comunicação popular e *links* para diversas rádios comunitárias de todo o país e des envolve projeto – ainda embrionário – para ampliar a interação com seus ouvintes.

12. Disponível em: <<http://muda.radiolivre.org/?q=node/11>>.

13. Disponível em: <<http://muda.radiolivre.org/?q=node/5>>.

14. Disponível em: <<http://www.radiolivre.org/>>.

15. Disponível em: <<http://www.radiolivre.org/sobre>>.

16. Disponível em: <<http://www.redevivafavela.com.br/>>.

Assim, diante do que dissemos e das experiências, apresentamos abaixo uma série de dicas para rádios e tevês comunitárias, principalmente aquelas que vivem em áreas de risco:

1) Abra espaço da emissora na Internet, e caso não tenha recursos, recorra aos *sites* gratuitos, como o dos *blogs* ou da rádio livre, que permita que ouvintes possam comentar e participar ativamente da programação e da própria gestão da emissora.

O importante nesse processo é:

a) Recolher endereços de *e-mails* dos ouvintes para mantê-los informados, via mensagens, e receber notícias e sugestões para os rumos dos programas e projetos;

b) Criar grupos de discussão na rede para que possam constituir um conselho, mesmo que informal, sugerindo programas, coberturas, reportagens;

c) Colocar a programação na rede;

d) Criar ou participar de espaços coletivos de discussão de outras emissoras para denunciar, via rede, problemas que você tenha ou que outros venham a ter.

2) Nos programas ao vivo, caso tenha, abra espaço em salas de *chats*, mesmo gratuitas, para que usuários possam entrar e opinar.

Não resta dúvida que a presença da rádio ou tevê comunitária na Internet e a interligação, por meio de *links*, com outras rádios criam uma “rede de proteção” das emissoras em áreas de forte risco de conflito e violência.

Nesses casos, tenha ainda mais cuidado na identificação das pessoas ao fazer uma denúncia, por exemplo.

Seja o primeiro a avisar a todos para que não se exponham sem necessidade, colocando fotos, endereços verdadeiros, além do cuidado de proteger ao máximo o anonimato de cada um, quando esse se tornar necessário.

Experiências na rede e a criação de comunidades podem desembocar no incentivo do surgimento e estímulo a repórteres populares, por meio de cursos a distância, envolvendo escolas da região e, por sua vez, os jovens no projeto. Estar na Internet, como vimos, muito mais do que problemas técnicos a serem superados, que existem, é conseguir ultrapassar limites conceituais e culturais que todos temos, educados que fomos em uma sociedade hierarquizada, que já mostrou os limites.

A nova missão do jornalista é aprender com os ouvintes e telespectadores uma nova relação, que nos permita construir juntos a sociedade no futuro com menos desigualdades.

RÁDIOS E TEVÊS COMUNITÁRIAS, “PÚBLICAS” E POPULARES – 20 ANOS DE CAMINHADA E AGORA?

SEBASTIÃO SANTOS¹

INTRODUÇÃO

O seminário promovido pela UNESCO e Viva Rio, “Mídia e Violência Urbana no Brasil: Diálogo entre Profissionais da Mídia Independente”, realizado no dia 20 de setembro, no Rio de Janeiro, trouxe profundas reflexões sobre a realidade da mídia independente (comunitária, pública e popular) que atua no país. Reflexões que registraremos no decorrer deste texto e que, se aprofundadas, poderão nos levar a um novo capítulo na comunicação alternativa.

Já se passaram 20 anos desde a promulgação da Constituição “cidadã” e, de lá para cá, apesar de todas as pressões do monopólio das comunicações, registramos importantes avanços e muitas experiências no campo da comunicação popular e democrática no Brasil. Foi nesse período que surgiu, com mais força e organização, os movimentos de luta pela democratização da comunicação e, com ele, as primeiras experiências de rádios livres e comunitárias, tevês comunitárias e ensaios de rádios públicas (estatais com desejos democráticos).

1. Radialista, consultor, coordenador de projetos de comunicação.

O país mudou, modernizou-se, atravessamos uma tempestade de novas tecnologias, de novos conceitos e valores, de catástrofes ambientais e de muitas epidemias. E, entre elas, a epidemia da violência que, sem dúvida, consideramos uma das mais perigosas e difíceis de combater, dada à complexidade de suas causas e efeitos.

Foi nesse contexto, mergulhados em duas décadas de lutas, experiências e desafios, que os profissionais das mídias que buscam independência e autonomia, iniciaram um diálogo, um movimento para revisitar a própria história, com seus processos, retrocessos e avanços, sempre na perspectiva de dar respostas aos desafios de hoje, na certeza de que outra comunicação é possível.

O QUE ENFRENTAMOS

A história da comunicação popular e alternativa no Brasil confunde-se com a história do próprio país. Não foi fácil começar uma luta pela democratização da comunicação. Foi na Constituinte de 1986 que percebemos, com mais clareza, a força do monopólio das comunicações no país. As afirmações de que o monopólio jogaria todo peso (*lobby*), para evitar avanços no capítulo da comunicação comunitária vinham de todos os lados. E, de fato, houve mais *lobby* para impedir avanços na comunicação do que para impedir avanços na reforma agrária.

Além de enfrentar a força do Estado e do monopólio, que em muitos momentos se confundiam e, infelizmente, ainda se confundem, os que lutavam pela democratização da comunicação, apostando nos veículos alternativos, enfrentavam também a descrença de uma sociedade que, no geral, estava anestesiada pelos efeitos nefastos das ações desenvolvidas nos anos da ditadura militar contra tudo o que era alternativo e popular. Para eles, alternativo significava pouco profissional, mambembe e de

qualquer jeito. No entanto, os veículos “alternativos” (diferentes dos convencionais, opção aos veículos comerciais) cresciam, à medida que cresciam as mobilizações e os movimentos populares.

Lembro-me bem de quando íamos para as comunidades falar sobre rádio comunitária e mostrar como funcionava. Era uma descrença só. Nossa sorte é que andávamos com a Rádio Cigana, um transmissor de fabricação caseira e uma antena de varetas de aço, que servia para mostrar como funcionava uma rádio comunitária. Certo dia, fazendo uma dessas experiências na comunidade Capitão Teixeira, no bairro de Realengo, Zona Oeste do Rio, um senhor me falou, “se esse troço aí funcionar, se eu falar no microfone de vocês e minha mulher me ouvir no rádio da minha casa, pago uma cerveja para vocês”. Não preciso dizer que bebemos, não uma, mas várias cervejas, pois o entusiasmo foi geral. Hoje, nesse bairro, existe uma das melhores rádios comunitárias do Rio, a rádio Resistência, que antes do primeiro fechamento pela Polícia Federal chamava-se Ousadia.

O movimento cresceu sob pressão, criminalizado, injustiçado, reprimido, cercado pelo jogo sujo dos interesses políticos dos de sempre. Afinal, era o movimento dos de baixo, dos “descamisados”, dos sem vozes e sem vez, dos que não tinham valor de mercado. E, apesar de tudo, o movimento cresceu e cresce, apesar do aumento da repressão (houve mais repressão e fechamento de rádios no atual governo do que no governo anterior). Felizmente o movimento avança, se consolida e continua ousando, para além dos governos “populares” e das entidades “representativas”.

Hoje, olhando a linha da história, observamos que no movimento por uma comunicação mais democrática, como no processo evolutivo da comunicação, não houve ruptura, houve processo, progresso, continuidade e evolução. As rádios e tevês comunitárias que hoje caminham para a era digital, são, na verdade,

resultado das rádios cipós, de poste, de cornetas e das inúmeras experiências de vídeo popular que se espalhou pelo país na década de 1980.

O QUE CONSTRUÍMOS

Os veículos comunitários e alternativos estabeleceram novos paradigmas na comunicação brasileira, seja com relação à criação de novos formatos e linguagens ou na fantástica inversão da pirâmide, permitindo que antes, os que apenas ouviam, pudessem falar, interferindo diretamente na programação levada ao ar, e, a partir daí, modificando, de maneira significativa, as relações sociais das comunidades onde estão instaladas.

Hoje, cerca de 15 mil veículos alternativos estão no ar, a maioria ainda à espera de uma autorização formal. Embora a autorização formal seja muito importante, o mais importante é o reconhecimento do povo que, antes do Estado, já reconheceu esses veículos como legítimos e fundamentais para a vida comunitária e para o desenvolvimento local.

Ousamos dizer que as rádios e tevês comunitárias são capazes de operar e estão operando verdadeiros “milagres”, quando de fato são construídas de maneira democrática, envolvendo os mais diversos segmentos da localidade sem nenhum tipo de discriminação. São elas que estão fazendo a diferença nas comunidades onde estão instaladas, nos permitindo observar as mudanças culturais, econômicas, sociais, políticas e ambientais.

Podemos afirmar que, com o advento desses novos veículos, além das mudanças diretas nas relações comunitárias, houve também uma substancial mudança no mercado. Com a chegada das novas emissoras verificou-se um aquecimento na indústria de eletroeletrônicos com o surgimento de novas empresas. O mesmo podemos dizer da indústria fonográfica que encontra nas

emissoras alternativas um espaço novo para execução de obras “pouco comerciais” sem ter de pagar “jabá”, como me relatou o diretor de uma grande gravadora.

Mas as mudanças não param por aí. Há também uma maior democratização da audiência, antes tão concentrada nos veículos das grandes redes e, hoje, felizmente, espalhada por uma maior quantidade de emissoras. Aliás, ousou dizer que a ira do monopólio contra os veículos alternativos vem daí. Pois o valor do comercial veiculado nas emissoras convencionais é de acordo com a audiência que cada veículo tem. Se perdem audiência para os veículos alternativos, perdem poder de venda nos espaços publicitários. Além é claro, de perda do poder político, outra valiosa moeda das emissoras convencionais. Não foi à toa que ouvimos, em 1996, de um diretor da Associação Brasileira de Empresas de Rádio e Televisão (Abert), a seguinte frase: “Não somos contra a regulamentação das rádios comunitárias, desde que duas coisas sejam observadas, não podem ter patrocínio e deverão operar em um único canal nacional”. Ou seja, queriam preservar o privilégio e a exclusividade do patrocínio e o poder político.

Voltando a falar das coisas importantes proporcionadas pelos veículos comunitários, não podemos deixar de registrar a geração de emprego e renda, seja por meio dos empregos e oportunidades criados pelas emissoras, seja no que elas fazem movimentar na economia local. Por isso, caminhando na direção contrária do que quer o monopólio. Defendemos com toda força o direito das emissoras terem patrocínio. Não só porque precisam e têm direito a isto, mas, sobretudo, porque proporcionam uma concorrência saudável e dinamizam a economia local.

Olhando para tudo isso que aconteceu e vem acontecendo pós-advento das emissoras comunitárias, percebemos que está surgindo um novo modelo de comunicação. Uma comunicação

mais colaborativa, capaz de modificar o local e, ao mesmo tempo, influenciar no global. Uma comunicação celebrativa, intimamente ligada à vida do povo, às suas lutas, dificuldades e esperanças, onde cada emissora torna-se ponto de encontro das forças vivas da comunidade.

Juan Diaz Bordenave, consultor internacional em Comunicação e Educação, escrevendo um texto para subsidiar os debates no primeiro Congresso da Federação das Associações de Radiodifusão Comunitária do Rio de Janeiro (Farc), no ano de 2000, definiu o conceito das rádios comunitárias da seguinte forma:

O CONCEITO DA RÁDIO COMUNITÁRIA

A visão de um desenvolvimento social humanista e sustentável proporciona o contexto do qual pode emergir um conceito de rádio comunitária sólido e profundo.

Dentro do processo de fortalecimento da sociedade civil e da passagem da democracia meramente política para a democracia participativa, integralmente social, podemos apreciar a natureza fundante e inerente da rádio comunitária.

Dentro desse histórico processo, a rádio comunitária, entre outras funções:

1. Facilita a comunicação representativa horizontal, isto é, o diálogo entre pessoas, grupos, instituições e comunidades, facilitando a participação e a cooperação;
2. Mantém a população informada sobre seus direitos e obrigações, sobre as instituições de apoio e como obter seus serviços;
3. Prestigia os valores básicos da democracia social e o desenvolvimento sustentável: frugalidade, equidade, cooperação, equilíbrio ecológico, etc.;

4. Educa e capacita a população enriquecendo seu vocabulário, aumentando seus conhecimentos, fortalecendo seus valores positivos, ensinando tecnologia, socializando métodos;
5. Promove a identificação coletiva dos problemas comunitários e sua articulação, quer para fins de solução ou de reivindicação de soluções;
6. Catalisa a reflexão comunitária sobre a realidade e seus problemas;
7. Apóia a organização e a conscientização, e facilita o “empoderamento” da sociedade civil diante do Estado e do mercado;
8. Realimenta o povo sobre seu progresso na luta coletiva; e
9. Celebra as vitórias das comunidades e da sociedade civil em geral.

Juan, conclui dizendo: “o que esta lista nos diz é que o importante no conceito de rádio comunitária são as funções que ela desempenha e não suas características de propriedade comunitária, baixa potência, pessoal voluntário e outras”.

Sabemos que ainda existe um longo caminho para ser percorrido na direção da melhoria e da qualificação dessas emissoras e de suas equipes. Por isso, concordamos com o texto do professor José Carlos Rocha quando diz que as rádios precisam de formação, de qualificação. Mas, não arriscaria classificá-las como mais ou menos comunitárias.²

Creio que todas estão em um processo evolutivo, exceto as já identificadas como “picaretárias”, aquelas que já nascem com

2. ROCHA, J. C. Identidade, poder e magia das rádios comunitárias. In: SEMINÁRIO MÍDIA E VIOLÊNCIA URBANA NO BRASIL: DIÁLOGO ENTRE PROFISSIONAIS DA MÍDIA INDEPENDENTE, Rio de Janeiro, 20 set. 2007. *Apresentação...* Rio de Janeiro: Viva Rio, UNESCO, 2007.

objetivos definidos: fazer proselitismo dessa ou daquela religião, desse ou daquele político ou apenas disputar o mercado. Sabemos que não existem emissoras prontas. Elas estão vivendo um rico processo de descoberta, fazendo mudanças e, ao mesmo tempo, se modificando, em uma dinâmica própria, despretenhiosa, mas ousada.

O QUE DEIXAMOS DE CONSTRUIR

Nesses 20 anos de movimento, de experimentos no campo da comunicação, podemos listar, como fizemos acima, muitos avanços, progressos, etc. Mas, muitas outras coisas deixaram de ser experimentadas, construídas, consolidadas. Reconhecemos que a lista das coisas não realizadas é grande. Vou registrar aqui apenas as que consideramos mais importantes. A coisa mais importante que deixamos de construir, em nossa opinião, foi uma consciência coletiva de unidade, durante o processo de construção da luta pela democratização da comunicação. Ter unidade na luta teria sido mais importante do que o seu resultado final. Percebi que, durante os anos que lutávamos para ter uma legislação e o reconhecimento formal do Estado, apesar de todas as divergências, havia algum consenso nos encaminhamentos das lutas, independentemente da corrente ideológica ou partidária das entidades envolvidas. Essa busca de consenso, que dava consistência à luta, fez germinar uma semente de consciência coletiva que se cultivada, sem dúvida, teria levado o movimento à construção de unidade, possibilitando outros avanços na luta pela democratização da comunicação. Infelizmente os vícios das disputas internas dos partidos e correntes do sindicalismo, trazidos para dentro do movimento, no momento em que ele começava crescer, fez que muitas coisas deixassem de ser construídas e consolidadas. Prova disso é que o governo e as forças conservadoras

do monopólio usam sempre o mesmo discurso para desqualificar as ações do movimento, dizendo: “Eles não têm unidade, não sabem o que querem, não se entendem”, etc.

Não podemos creditar à falta de unidade, todas as mazelas do movimento, claro. Mas vejo como fator preponderante. Além disso, e até por conta disso, registro a dificuldade de entendimento e de absorção da concepção e do conceito da radiodifusão comunitária, tão bem expressos nas palavras de Juan Diaz Bordenave³, citadas acima. Não fomos capazes de criar uma metodologia clara de formação e capacitação para os veículos de comunicação comunitária. Como não fomos capazes de interagir melhor e de maneira mais profunda com a academia, com os profissionais da área, com as forças políticas de pensamento progressista, com os centros de pesquisa, com o conjunto dos movimentos sociais, etc. Sabemos que tudo isso faz parte do processo que está em curso, mas hoje reconhecemos que já temos elementos suficientes para fazer avançar a luta, principalmente nos aspectos aqui colocados.

AS NOVAS OPORTUNIDADES

São inúmeras e incontáveis as oportunidades que a comunicação alternativa tem no Brasil de hoje. Se, por um lado, não há definição de uma política clara para este setor por parte do governo, por outro lado, a conjuntura social e política no país apontam para mudanças que, se bem trabalhadas pelos setores sociais que as impulsionam, poderão dar bons frutos.

As oportunidades estão nas contradições. Esta afirmação está retratada nos fatos ocorridos desde o início do movimento. Exemplo disso foi o governo Fernando Henrique Cardoso, que, embora comprometido com o monopólio (como outros governos),

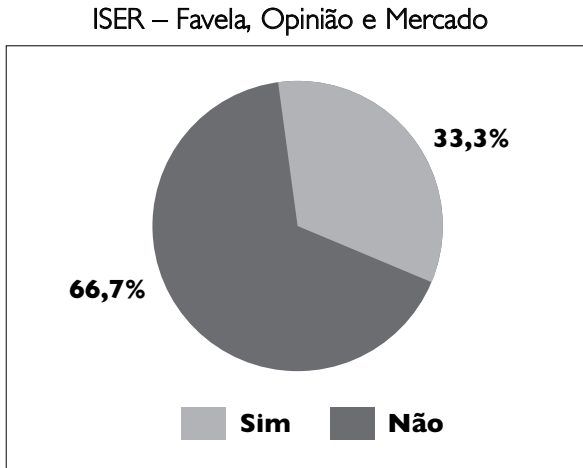
3. BORDENAVE, J. D. *O conceito da rádio comunitária*. [Colômbia]: Farc, 2000.

foi flexível às lutas do movimento, tanto no que diz respeito à questão da legislação, como no apoio por meio de patrocínio para projetos de formação e capacitação de rádios comunitárias. Foi no governo de FHC que o Comunidade Solidária apoiou diversos projetos em todo país, que faziam capacitação das equipes de comunicadores populares. Foi também no mesmo governo que o Ministério da Saúde não só capacitou como investiu recursos em equipamentos para rádios comunitárias dentro do programa de DST/Aids. Até campanhas pagas com rádios “não autorizadas” o governo fazia. E, vejam, naquela época a pressão do monopólio era muito maior. A impressão que temos é que o governo “menos popular” tinha mais visão estratégica do que o atual. Reconhecia, de algum modo, a força e a importância desses veículos para a vida das comunidades.

Mas, as oportunidades estão aí. Se o atual governo ainda não teve coragem para ter uma posição clara sobre o assunto, adiando decisões de soluções importantes apresentadas por grupos de trabalhos (GTs) criados por ele próprio, com apoio e respaldo do movimento, por outro lado observamos que o governo descentralizado e o mercado começam a despertar para as possibilidades que esses veículos oferecem. A força de comunicação que essas emissoras imprimem nas comunidades por elas atendidas é muito grande, tem o que é essencial em comunicação, credibilidade. O povo conhece e convive com quem está no ar, tem acesso livre à programação veiculada, dialoga e interage permanentemente com a emissora. Esses fatores, somados às questões relacionadas aos públicos segmentados, têm levado o mercado e governos locais e regionais a apostar nesses veículos, seja para simples divulgação de serviços e produtos ou para, em casos específicos, mobilizar e articular a comunidade para ações de interesse público.

Quanto mais as emissoras comunitárias e “públicas” estiverem cumprindo seu papel, mais oportunidades terão. Uma pesquisa

realizada em 2002 pelo Instituto Superior de Ensino da Religião (Iser), já naquela época, mostrava um cenário favorável às rádios comunitárias, vejam nos quadros abaixo:



Cerca de dois terços dos moradores de comunidades de baixa renda do município do Rio (aproximadamente 700 mil pessoas) declararam ouvir rádios comunitárias.

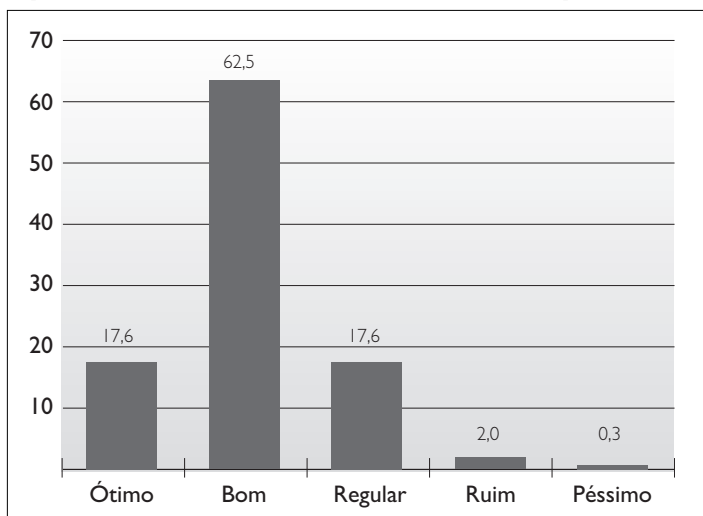
Fonte: Iser.

A pesquisa realizada pelo Iser mostra dados relevantes com relação à audiência das emissoras comunitárias. Vejam, no Grande Rio, segundo dados do Instituto Brasileiro de Opinião Pública e Estatística (Ibope), há cerca de 2 milhões de ouvintes de rádio por minuto. Desses, 1,5 milhão ouvem rádio FM e 500 mil ouvem rádio AM.

Se considerarmos apenas os dados do Ibope, também encontramos um grande número de ouvintes de rádios comunitárias. Nos relatórios do Ibope, as rádios comunitárias aparecem em uma coluna denominada “outras”. A soma das outras atinge uma

pontuação capaz de colocá-las entre as cinco primeiras na audiência “oficial”.

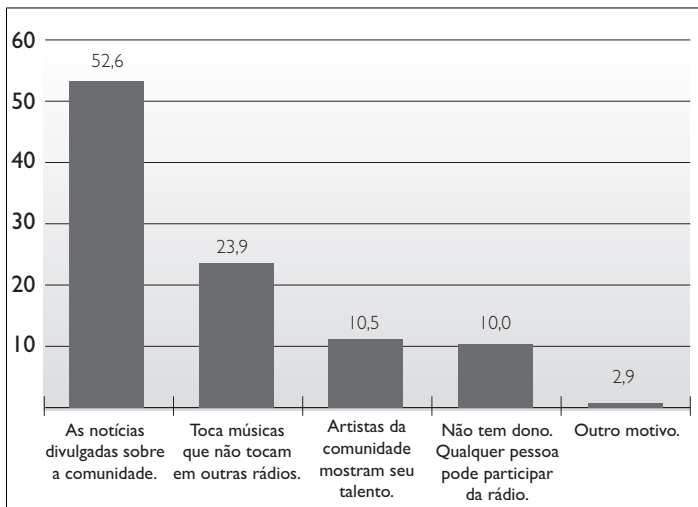
Opinião em relação a rádio comunitária que ouve



Cerca de 90% dos ouvintes de rádios comunitárias nas comunidades do Rio declararam que a programação da rádio ouvida é boa ou ótima.

O resultado da pesquisa, no que se refere à qualidade da programação das emissoras comunitárias, contraria o senso comum de que essas emissoras não têm boa programação. A soma entre “ótima” e “boa”, supera 80% dos pesquisados. Se considerarmos os problemas que as emissoras enfrentam para levar ao ar uma programação com o mínimo de qualidade, comparado às grandes estruturas das emissoras convencionais, podemos dizer que o que faz a diferença é o conteúdo do que é levado ao ar. A música, a informação sobre temas locais e os serviços de interesse da comunidade fazem toda diferença na escolha entre ouvir uma rádio convencional e uma comunitária.

Motivos para ouvir rádios comunitárias



O principal motivo para audiência de uma rádio comunitária, entre os ouvintes moradores de comunidades de baixa renda do município do Rio de Janeiro é o fato de elas divulgarem notícias específicas sobre a comunidade.

Este item da pesquisa retrata o que de fato faz a diferença entre uma rádio convencional e uma rádio comunitária. Uma emissora comunitária pode falar com propriedade de temas gerais, regionais e locais. Já uma emissora convencional, por sua natureza e abrangência, não consegue falar com a mesma propriedade dos temas locais. As emissoras comunitárias viraram a chave dos princípios globalizantes, permitindo que o global e o local se encontrassem em um mesmo lugar.

Fica claro, nesse ponto da pesquisa, que quanto mais próximo da realidade do ouvinte a rádio chegar, mais audiência a emissora obterá.

É curioso observar na pesquisa que, desde aquela época, o que era apenas um sentimento, um desejo, um ensaio de conceitos e propósitos, começava a ser entendido pelos ouvintes e, ao mesmo tempo, ia sinalizando para o Estado e para o mercado a existência de um novo espaço na comunicação brasileira. Isso nos anima a repetir o ditado popular que diz: “quem tem ouvidos para ouvir, que ouça, quem tem olhos para ver, que veja.” E, que venham as oportunidades!

Em uma pesquisa mais recente (suplemento do IBGE de 2006 sobre *Cultura da Pesquisa e Informações Básicas*), mostra que as rádios comunitárias pesquisadas podem ser ouvidas em quase metade (48,6%) dos 5.564 municípios do país, superando as estações comerciais locais FM (em 34,3% das cidades) e AM (em 21,2%).

E AGORA, PARA ONDE VAMOS?

Assim como na questão das oportunidades, que são muitas, como vimos no ponto anterior, os caminhos para as mídias alternativas, principalmente as eletrônicas, são muitos. No entanto, para que os resultados sejam proveitosos, no final da caminhada, duas questões deverão ser observadas. A primeira diz respeito à questão do conhecimento, da sistematização, da pesquisa, dos resultados, etc., ou seja, é preciso que saibamos o quem somos, como estamos, onde estamos, o que avançamos ou deixamos de avançar e, sobretudo, o que queremos e onde queremos chegar. Para isso propomos uma viagem de volta na história dos 20 anos de movimento, de construção da radiodifusão comunitária no país. É preciso que o movimento revise sua própria história. É preciso que essa revisitação seja profunda, honesta e transparente. Só assim o movimento poderá optar por novos caminhos, evitando os erros do passado e focando naquilo que de fato pode fazer a luta avançar.

A segunda questão que pode ajudar na escolha do caminho ou dos caminhos, tem haver com a clareza de onde queremos chegar. Por isso, diante dos caminhos que são muitos, acreditamos que a escolha de dois ou três será estratégica para obtenção dos resultados esperados.

A construção de um roteiro para revisitar a história do movimento de radiodifusão deverá ter por base uma visão crítica aguçada, capaz de identificar os principais pontos a serem revisitados. Questões como identidade, missão, ética, mercado, poder político, formação e capacitação, novas tecnologias, legislação, etc. são alguns exemplos de pontos que deverão constar do roteiro da revisitação.

Será fundamental, considerando as questões operacionais e de levantamento de dados, que se estabeleçam parcerias com as entidades representativas do movimento, universidades, institutos, órgãos de governo, pesquisadores, formuladores, etc. Sabemos que a literatura sobre o tema ainda é pequena, mas, artigos, teses, livros e relatórios (o governo tem dois trabalhos que são consideráveis, o do primeiro GT de 2003, no início do governo Lula, e o segundo GTI – Grupo de Trabalho Interministerial, envolvendo 11 ministérios, em 2005) poderão ajudar no processo de sistematização do roteiro para revisitação.

Outro ponto importante, abordado no seminário, que certamente vai ajudar no roteiro, foi a possibilidade de intensificar o diálogo com as emissoras públicas, estreitando laços e construindo parcerias para desenvolvimento de ações diversas, principalmente no campo da formação e da produção e troca de conteúdos.

Por fim, acreditamos que os caminhos a serem trilhados pelo movimento de radiodifusão comunitária que, de fato, sejam capazes de responder e atender às questões aqui levantadas, devam ser construídos de baixo para cima, em uma radical crença e valorização das experiências vivenciadas pelas emissoras,

considerando suas realidades e seus personagens. Teoria e prática, prática e teoria devem ter o mesmo peso, devem estar neste contexto na mesma medida.

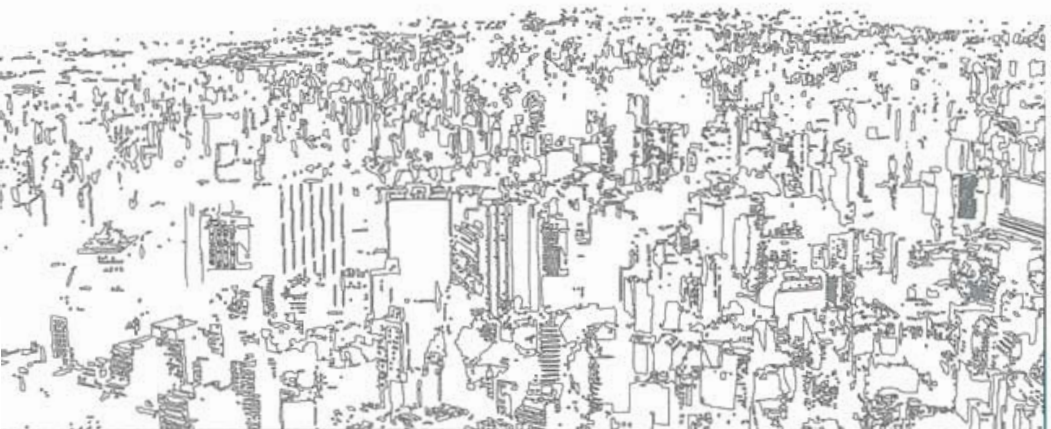
Se hoje a comunicação no país não é mais a mesma de 20 anos atrás, parte dessa mudança, principalmente no que é positivo, se deu graças ao advento das emissoras comunitárias e do esforço de algumas emissoras estatais para tornarem-se emissoras públicas.

Creio que uma nova sociedade, imbuída de sentimentos e gestos de fraternidade, justiça e paz, será construída a partir das pequenas comunidades; nelas os grandes problemas do mundo de hoje: violência, doenças, injustiças, etc., poderão ser resolvidos com mais facilidade. Se a globalização é inevitável e, em alguns aspectos, necessária nos dias de hoje, a cultura, a comunicação e as ações locais ganham força, surgindo como alternativa a alguns dos nossos problemas sociais.

Termino este texto fazendo uma homenagem aos que lutaram e continuam na luta por uma comunicação democrática e, por conseguinte, por um país justo solidário e fraterno, reproduzindo aqui a frase que marcou o congresso de fundação da Associação Brasileira de Radiodifusão Comunitária (Abraço), em 1996: “Não basta estar no ar, tem que ser comunitária”.

A Constituição da UNESCO assinala que
"assim como as guerras nascem na mente
dos homens é na mente dos homens que
devem ser construídos os caminhos da paz".

Esta assertiva constitui uma das bases da
Declaração e Programa de Ação sobre uma Cultura de Paz
das Nações Unidas (resolução A/53/243) de 1999, que reconhece
que ações de apoio à mídia independente para a promoção
da comunicação participativa e do livre fluxo de informação e
conhecimento contribuem para a construção de uma cultura de paz.



Organização
das Nações Unidas
para a Educação,
a Ciência e a Cultura

Representação
da UNESCO
no Brasil

